

INST.FED.DO CEARA/CAMPUS CRATO

Edital 12/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
12/2026	158321-INST.FED.DO CEARA/CAMPUS CRATO	AMANDA DE AQUINO TAVARES	03/06/2026 08:23 (v 0.11)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23265.002477/2025-81

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90005/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

(158320)

OBJETO

Fornecimento de gêneros alimentícios para estoque em temperatura ambiente (almoxarifado) para atender as demandas do Central de Compras Sertão Central e de demais órgãos participantes.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 2.376.498,24

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **19/06/2026** às **08h** (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço por item

Modo de disputa:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

(Processo Administrativo nº 23265.002477/2025-81)

Torna-se público que o(a) INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - CAMPUS IGUATU, por meio do(a) Pregoeira e da equipe de apoio designados pela PORTARIA Nº 2885/DG-IGU/IGUATU, DE 27 DE ABRIL DE 2026, sediado(a) Rodovia Iguatu - Várzea Alegre, km-05, Vila Cajazeiras, na cidade de Iguatu(CE), CEP 63503-790, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o fornecimento de gêneros alimentícios para estoque em temperatura ambiente (almoxarifado) para atender as demandas do Central de Compras Sertão Central e de demais órgãos participantes., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. pessoas físicas.

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.4 e 3.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.10.4 e 3.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.5.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.[A3]

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

- 5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 5.7.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021
- 5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10[A5] sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.[A6]
- 5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.[A7] [A8]

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, anexo a este edital;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil[A2] .

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e

utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item .

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (um real).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.[A3]

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.[A4]

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.[A5]

7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei; [A8]

7.22.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;[A9]

7.22.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025

7.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.23.2. empresas brasileiras;

7.23.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.25.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.25.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.25.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.11.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra[A5] , o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.20. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.[A7]

8.21. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.22. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.23. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

8.24. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. . A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderão deixar de ser apresentados caso a documentação conste do SICAF;

9.1.2 Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.1.2.1 Habilitação jurídica:

9.1.2.1.1 no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.1.2.1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.1.2.1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.2.1.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.1.2.1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.1.2.1.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.1.2.1.7 No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
9.11.8. (SUPRESSÃO) 9.11.9. (SUPRESSÃO)

9.1.2.1.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.1.2.2. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.1.2.2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.1.2.2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional. 9.12.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.1.2.2.3 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.1.2.2.4 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.1.2.2.5 prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.1.2.2.6 caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.1.2.3. Qualificação Econômico-Financeira.

9.1.2.3.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.1.2.3.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.1.2.3.3. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.1.2.3.4. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.1.2.3.5. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.1.2.3.6. comprovação da boa situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.1.2.3.7. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.1.2.4. Qualificação Técnica:

9.1.2.4.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.1.2.4.2 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.1.2.4.3 Nome do Contratado (órgão ou empresa) e do Contratante – CNPJ; 9.14.2.2. Identificação do Objeto do Contrato e período de execução/vigência; 8.14.2.3. Itens fornecidos (discriminação e quantidades).

9.1.2.4.4 Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

Detalhamento dos requisitos de habilitação no rol do edital do certame

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por autenticação cartorária ou assinatura eletrônica.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado via email ao fiscal técnico designado por portaria, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão.

9.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES /ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 horas, para: [A3]

9.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05 (cinco)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05 (cinco)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. . A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e não poderá ser prorrogado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico Sistema Eletrônico de Informações (SEI) em <http://ifce.edu.br/sei>, no campo “Pesquisa Pública”, sob o nº 23265.002477/2025-81;

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. . salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.[A3]

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir. [A4]

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.[A5]

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: compras.crato@ifce.edu.br, ou por petição dirigida ou protocolada na Coordenadoria de Compras e Licitações no endereço Rodovia CE-292, Km 15 (sentido Crato/Nova Olinda), no bairro Gisélia Pinheiro (Batateiras), Crato - CE, CEP: 63115-500.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.1.1. O Sistema Eletrônico de Informações (SEI) faz parte do processo de modernização da Administração Pública Federal e tem o objetivo de aprimorar a gestão documental, facilitando o acesso de servidores e cidadãos às informações institucionais e propiciando celeridade, segurança e economicidade. A implantação do SEI alterou substancialmente as atividades de Protocolo e Arquivo, principalmente por não envolver a utilização de processos em

suporte físico. Com a implantação do SEI! os órgãos federais passam a substituir todos os processos físicos pela forma digital e, portanto, o acesso às informações se dará pela forma do subitem anterior, sendo que qualquer dificuldade para o acesso poderá ser informada e sanada via telefone ou e-mail.

16.1.2. O licitante adjudicado poderá realizar o seu cadastro no Sistema Eletrônico de Informações – SEI! para que, quando solicitado pela Administração, proceda à assinatura eletrônica de instrumentos, como a ata de registro de preços e/ou o termo de contrato.

16.1.3. O cadastro deverá ser realizado no(s) nome(s) do(a)(s) representante(s) legal(is) do licitante.

16.1.4. Para realização do cadastro o licitante deverá seguir os seguintes passos:

- a) Acessar o endereço eletrônico <http://ifce.edu.br/sei>;
- b) Clicar no campo “Acesso para Usuário Externo”;
- c) Clicar em “clique aqui se você ainda não está cadastrado”;
- d) Preencher o cadastro de usuário externo;
- e) O licitante receberá no e-mail cadastrado as orientações necessárias para efetivação do cadastro.
- f) Caso já esteja cadastrado, o licitante deverá acessar o sistema com o seu login e senha.
- g) A realização do cadastro é necessária uma única vez, estando o licitante habilitado a assinar eletronicamente futuros instrumentos junto ao IFCE.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico Sistema Eletrônico de Informações (SEI!) em <http://ifce.edu.br/sei>, no campo “Pesquisa Pública”, sob o nº 23265.002477/2025-81

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I :

I - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;

II - Termo de Ciência e concordância;

III - Ficha de Teste Amostra

16.11.2. Anexo II – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.3. Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços

16.11.4. Anexo IV – Modelo da Proposta

Iguatu, 02 de junho de 2026.

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FRANCISCO HEBER DA SILVA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 08:21:42.

INST.FED.DO CEARA/CAMPUS CRATO

Termo de Referência 28/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
28/2026	158321-INST.FED.DO CEARA/CAMPUS CRATO	AMANDA DE AQUINO TAVARES	02/06/2026 08:14 (v 0.8)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23265.002477/2025-81

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23265.002477/2025-81)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de aquisição de alimentos com estoque em temperatura ambiente (almoxarifado) para atender as demandas do Central de Compras Sertão Central e de demais órgãos participantes, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. TOTAL	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	463988	Açúcar tipo cristal, isento de impurezas, acondicionados em fardo com 30 pct de 1kg, selo de garantia, rotulagem completa	Embalagem 1 Quilograma	22.650	R\$ 6,45	R\$ 146.092,50
2	463555	Achocolatado em pó, ingredientes: açúcar, cacau em pó, extrato de malte, leite em pó desnatado, soro de leite em pó, minerais, vitaminas, lecitina de soja; embalagem: lata ou sachê laminado, 800g, rotulagem completa	Embalagem	1.120	R\$ 13,80	R\$ 15.456,00
		Adoçante dietético líquido, à base de sucralose (100%), embalagem				

3	470523	plástica contendo, no mínimo, 65 ml do produto, com rotulagem completa	Frasco de 65 mililitros	38	R\$ 12,95	R\$ 492,10
4	462479	Alimento à base de farinha de aveia INTEGRAL para preparo de mingaus e outras utilizações culinárias, contendo: farinha de aveia integral; rotulagem completa, embalagem com 400g	Embalagem 400 Grama	4.600	R\$ 11,25	R\$ 51.750,00
5	462662	Ameixa em calda, lata com 400g (peso drenado), rotulagem completa	Lata 400 Grama	180	R\$ 27,00	R\$ 4.860,00
6	467050	Amido de milho, embalagem com 1.000g (1kg), rotulagem completa	Quilograma	1.210	R\$ 43,75	R\$ 52.937,50
7	461222	Aromatizante artificial comestível, idêntico ao natural sabor baunilha, cor escura, dispensação em gotas; frasco contendo 30ml do produto; rotulagem completa	Frasco de 30 mililitros	112	R\$ 7,30	R\$ 817,60
8	458910	Arroz parboilizado integral, classe longo fino, tipo 1, fardo com 30 pct de 1kg, rotulagem completa	Quilograma	1.050	R\$ 10,10	R\$ 10.605,00
9	458908	Arroz parboilizado polido, classe longo fino, tipo 1, fardo com 30 pct de 1 kg, rotulagem completa	Quilograma	45.000	R\$ 6,90	R\$ 310.500,00
10	463695	Azeite de dendê – composição: 100% óleo de palma, integral, próprio para consumo humano. Unidade de fornecimento: garrafa com 500ml do produto, com tampa que permita novo fechamento após aberta. Rotulagem completa e características de apresentação, produção e acondicionamento conforme legislação em vigor; filtrado e sem impurezas.	Embalagem 500 mililitros	740	R\$ 35,00	R\$ 25.900,00
11	463696	Azeite de oliva puro extra virgem, acidez menor que 1, embalagem com 500 ml com tampa dosadora integrada; rotulagem completa	Embalagem 500 mililitros	940	R\$ 45,00	R\$ 42.300,00

12	459639	Azeitona verde sem caroço, embalagem: vidro; peso líquido drenado: 500g, rotulagem completa	Embalagem 500 Grama	850	R\$ 22,80	R\$ 19.380,00
13	459645	Azeitona preta sem caroço, embalagem: vidro; peso líquido drenado: 160g, rotulagem completa	Embalagem 160 Gramas	400	R\$ 18,29	R\$ 7.316,00
14	255866	Biscoito recheado tipo waffer, sabor chocolate, ingredientes: Açúcar, gordura vegetal, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, leite em pó integral, chocolate branco, carbonato de cálcio, amido, sal, carbonato de magnésio, aromatizante, emulsificante lecitina de soja e fermento químico bicarbonato de sódio, embalagem individual com 30g, rotulagem completa	Pacote 30 Grama	11.800	R\$ 2,50	R\$ 29.500,00
15	243268	Biscoito recheado tipo waffer, sabor morango, ingredientes: Açúcar, Gordura vegetal hidrogenada, Farinha de trigo enriquecido com ferro e ácido fólico, Cacau em pó, Amido, Xarope de glicose, sal, Emulsificante lecitina de soja, aromatizante, Fermento químico bicarbonato de sódio, embalagem individual com 30g, rotulagem completa	Pacote 30 Grama	11.800	R\$ 2,50	R\$ 29.500,00
16	402158	Bolacha Cream Cracker, embalagem secundária pesando entre 350 g e 400 g, contendo 3 pacotes (fileiras) de bolacha; rotulagem completa, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, extrato de malte, soro de leite em pó, açúcar, amido, sal, fermento químico bicarbonato de sódio, emulsificante lecitina de soja e aromatizante; rotulagem completa	Pacote 400 Grama	4.500	R\$ 5,40	R\$ 24.300,00
		Bolacha Maisena, embalagem secundária pesando entre 350 g e				

17	217132	400 g, contendo 3 pacotes (fileiras) de bolacha; rotulagem completa, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, amido, açúcar, açúcar invertido, gordura vegetal, sal, fermentos químicos, aromatizante, emulsificante e melhorador de farinha; rotulagem completa	Pacote 400 Grama	5.000	R\$ 6,80	R\$ 34.000,00
18	456469	Bolacha Maisena, SEM LACTOSE, pacotes entre 100g e 150g, rotulagem completa, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, amido, açúcar, açúcar invertido, gordura vegetal, sal, fermentos químicos, aromatizante, emulsificante e melhorador de farinha; rotulagem completa	Pacote 120 Grama	1.100	R\$ 12,01	R\$ 13.211,00
19	463595	Café em pó, torrado e moído, embalagem à vácuo, feito majoritariamente de grãos arábica, tipo Superior de primeira qualidade, pacote com 250g, entrega: caixa contendo (5 kg), rotulagem completa. O produto deve possuir o Certificado de Pureza e Qualidade da ABIC na categoria de qualidade “tipo superior” ou acima; ou, deve apresentar laudo de análise sensorial emitido por laboratório credenciado à Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (Reblas), comprovando que o café fornecido tem o nível mínimo de qualidade correspondente a 6,5 pontos da Qualidade Global da bebida, da escala de 0 a 10 pontos; rotulagem completa	Pacote 250 Grama	6.966	R\$ 25,00	R\$ 174.150,00
20	463532	Chocolate em pó solúvel, 50% de cacau, sabor tradicional, contendo cacau puro, açúcar e aromatizante; pct c/ 200g; rotulagem completa	Pacote 200 Grama	1.170	R\$ 25,13	R\$ 29.402,10

21	421669	Coco ralado sem adição de açúcar, pacote com 1kg, rotulagem completa	Pacote 1 Quilograma	37	R\$ 70,70	R\$ 2.615,90
22	463937	Colorau (colorífico) sem sal – produto obtido do pó de urucum com a mistura de fubá de milho; NÃO deve conter sal. pó de coloração avermelhada, embalagem contendo 100g do produto, acondicionada em fardos com 1kg, rotulagem completa.	Quilograma	950	R\$ 15,00	R\$ 14.250,00
23	463892	Cravo da Índia – embalagem contendo 50g do produto, rotulagem completa	Embalagem 50 Grama	40	R\$ 12,86	R\$ 514,40
24	446532	Creme de leite. Ingredientes: creme de leite, leite em pó desnatado, estabilizante – embalagem com 200 g, original animal, embalado em caixa tetra pak, limpa, não amassada e não estufada, rotulagem completa	Embalagem 200 Grama	4.750	R\$ 3,50	R\$ 16.625,00
25	446532	Creme de leite. Ingredientes: creme de leite, leite em pó desnatado, estabilizante – embalagem com 1.000 g, original animal, embalado em caixa tetra pak, limpa, não amassada e não estufada, rotulagem completa	Embalagem 1 Quilograma	2.100	R\$ 22,45	R\$ 47.145,00
26	462643	Doce tipo cocada, cor branca, à base de coco, açúcar e leite, acondicionado em embalagem individual, embalado em papel celofane, transparente, atóxico, com peso aproximado de 20g; embalagem secundária: pote em plástico transparente, com 50 unidades, peso líquido 1.000g; rotulagem completa	Embalagem 1 Quilograma	1.750	R\$ 30,00	R\$ 52.500,00
27	462666	Doce tipo mariola, sabor banana, acondicionado em embalagem individual, embalado em papel celofane, transparente, atóxico; embalagem secundária: pacote em plástico transparente, com 20 unidades, peso líquido 300g; rotulagem completa	Embalagem 300 Grama	2.100	R\$ 8,09	R\$ 16.989,00

28	462679	Doce tipo mariola, sabor goiaba, acondicionado em embalagem individual, embalado em papel celofane, transparente, atóxico; embalagem secundária: pacote em plástico transparente, com 20 unidades, peso líquido 300g; rotulagem completa	Embalagem 300 Grama	2.100	R\$ 9,41	R\$ 19.761,00
29	462823	Ervilha em conserva, embalagem tetra pak ou sachê laminado, tampa tipo abre fácil, ingredientes: ervilha e salmoura (água, sal e açúcar), peso líquido drenado 200g; rotulagem completa	Embalagem 200 Grama	3.050	R\$ 6,00	R\$ 18.300,00
30	459670	Extrato de tomate concentrado, isento de pele e sementes, ingredientes: tomate, açúcar e sal, embalagem laminada contendo 2kg do produto; rotulagem completa	Embalagem 2 Quilograma	1.805	R\$ 28,00	R\$ 50.540,00
31	278504	Farinha Láctea (alimento à base de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, leite em pó integral, vitaminas e minerais, sal e aromatizante), rotulagem completa, sachê laminado contendo entre 200g e 250g	Embalagem 200 Grama	600	R\$ 11,11	R\$ 6.666,00
32	458918	Farinha de mandioca tipo fina, peneirada (grupo seca, sub - grupo fina, classe branca, tipo I), Entrega: fd = 30kg, rotulagem completa	Embalagem 1 Quilograma	3.950	R\$ 9,02	R\$ 35.629,00
33	459017	Farinha de milho flocada, amarela. Entrega: pacote com 500g, acondicionados em fd com 30 pct, rotulagem completa	Embalagem 500 Grama	12.800	R\$ 4,75	R\$ 60.800,00
34	460265	Farinha de trigo com fermento, enriquecida com ferro e ácido fólico, Entrega fardo com 10 unidades de 01 kg, rotulagem completa	Embalagem 1 Quilograma	606	R\$ 8,24	R\$ 4.993,44

35	465332	Farinha de trigo sem fermento, enriquecida com ferro e ácido fólico, Entrega: fardo com 10 unidades de 01 kg, rotulagem completa	Embalagem 1 Quilograma	1.280	R\$ 7,65	R\$ 9.792,00
36	464559	Feijão BRANCO, tipo 1, classe branco, grupo I, grão de cor branca uniforme, tamanho aproximado de 1,5 cm quando cru; rotulagem completa	Embalagem 1 Quilograma	700	R\$ 16,00	R\$ 11.200,00
37	464565	Feijão carioquinha, tipo 1, grupo I, classe cores, Entrega: fd com 30 pct de 1 kg cada, rotulagem completa	Embalagem 1 Quilograma	7.700	R\$ 8,00	R\$ 61.600,00
38	472894	Feijão de corda, tipo 1, grupo II, classe cores, Entrega: fd com 30 pct de 1 kg cada, rotulagem completa	Embalagem 1 Quilograma	6.550	R\$ 11,88	R\$ 77.814,00
39	472894	Feijão preto, tipo 1, grupo I, classe preto, Entrega: fd com 30 pct de 1 kg cada, rotulagem completa	Embalagem 1 Quilograma	3.700	R\$ 8,31	R\$ 30.747,00
40	459586	Fermento em pó químico, a base de amido de milho (Streptomycesviridochromogenes e/ou Bacillusthuringiensis e/ou Agrobacteriumtumefaciens e/ou Zeamays), bicarbonato de sódio, fosfato monocálcico e carbonato de cálcio; pote com 100g; rotulagem completa	Embalagem 100 Grama	292	R\$ 7,00	R\$ 2.044,00
41	464569	Grão -de -bico, leguminosa in natura seca, de cor viva, tamanho uniforme, casca lisa e sem enrugamento, pacote com 500g do produto, rotulagem completa	Embalagem 500 Grama	900	R\$ 18,27	R\$ 16.443,00
42	464014	Leite condensado - embalagem de 395g, ingredientes: leite integral, açúcar e lactose; rotulagem completa	Caixa 395 Grama	1.170	R\$ 8,00	R\$ 9.360,00

43	464011	Leite de coco tradicional, ingredientes: leite de coco, água e conservantes, garrafa com 500ml	Garrafa de 500 mililitro	1.345	R\$ 10,54	R\$ 14.176,30
44	461028	Leite de soja em pó, sem açúcar, sem lactose, sem glúten, rico em cálcio, ferro, vitaminas A e D, entre outros nutrientes, à base de proteína isolada de soja, sabor natural, rotulagem completa, lata com 300g.	Lata 300 Grama	265	R\$ 31,00	R\$ 8.215,00
45	446021	Leite em pó desnatado, instantâneo. Apresentação: embalagem com 300g; rotulagem completa	Embalagem 300 Grama	800	R\$ 34,52	R\$ 27.616,00
46	446019	Leite em pó integral instantâneo, enriquecido com ferro e vitaminas. Composição: Leite integral, vitaminas (C, A e D), pirofostato férrico e emulsificante lecitina de soja, apresentando, em 26g do produto, no mínimo 17mg de vitamina C, 1,8 µg de vitamina D, 225 µg de vitamina A, 05 mg de ferro e 245 mg de cálcio. Deve conter, no máximo, 04 g de gordura saturada a cada 26g do produto. Apresentação: embalagem laminada com 200g; rotulagem completa	Embalagem 200 Grama	5.600	R\$ 12,26	R\$ 68.656,00
47	458997	Macarrão para lasanha, massa de sêmola, sem ovo. Entrega: caixa com 10kg (20 embalagens com 500g), rotulagem completa.	Embalagem 500 Grama	1.730	R\$ 11,70	R\$ 20.241,00
48	459000	Macarrão tipo Ave Maria ou Padre Nosso. Apresentação: Argolinha. Entrega: pacote com 500g, acondicionado em fardo com 5kg, rotulagem completa, massa de sêmola, sem ovos	Embalagem 500 Grama	2.100	R\$ 7,50	R\$ 15.750,00
49	458951	Macarrão tipo espaguete. Entrega: pacote com 500g, acondicionado em fardo com 5kg, rotulagem completa, massa de sêmola, sem ovos	Embalagem 500 Grama	7.800	R\$ 4,81	R\$ 37.518,00

50	458993	Macarrão tipo parafuso, a base de farinha de arroz. Entrega: pacote com 500g, acondicionado em fardo com 6kg, rotulagem completa	Embalagem 500 Grama	4.700	R\$ 8,24	R\$ 38.728,00
51	480340	Macarrão tipo penne, a base de farinha de arroz. Entrega: pacote com 500g, acondicionado em fardo com 5kg, rotulagem completa	Embalagem 500 Grama	4.000	R\$ 9,30	R\$ 37.200,00
52	463699	Margarina vegetal, balde com 15kg, 80% de lipídios, rotulagem completa	Embalagem 15 Quilograma	321	R\$ 196,93	R\$ 63.214,53
53	279262	Milho p/ mucunzá (canjica) – cor amarelo/laranja, pacote com 500g, rotulagem completa	Pacote 500 Grama	1.800	R\$ 6,46	R\$ 11.628,00
54	46212	Milho p/ pipoca – Tipo 1, pacote com 500g, amarela, rotulagem completa	Embalagem 500 Grama	610	R\$ 7,00	R\$ 4.270,00
55	462824	Milho verde em conserva, embalagem tetra pak ou sachê laminado, tampa tipo abre fácil, ingredientes: milho verde e salmoura (água, sal e açúcar), peso líquido drenado 200g, rotulagem completa	Embalagem 200 Grama	6.305	R\$ 5,00	R\$ 31.525,00
56	459655	Molho inglês, tipo worcestershire, contendo: vinagre, água, molho de soja, açúcar, extrato de tomate, condimento preparado, sal, polpa de pimenta -vermelha, corante e conservante. Embalagem: garrafa plástica com 1 litro do produto; rotulagem completa	Embalagem 1 Litro	350	R\$ 23,00	R\$ 8.050,00
57	459653	Molho shoyu, contendo açúcar cristal, sal refinado, proteína vegetal hidrolisada com aroma de soja e realçador de sabor. Embalagem garrafa plástica com 1 litro do produto; rotulagem completa	Embalagem 1 Litro	500	R\$ 21,00	R\$ 10.500,00

58	463692	Óleo vegetal comestível, tipo 1, puro, espécie vegetal: soja, garrafa com 900ml. Entrega: Caixa contendo 20 garrafas; rotulagem completa	Embalagem 900 Mililitro	10.430	R\$ 12,43	R\$ 129.644,90
59	297483	Proteína Texturizada de Soja – granulada (grãos pequenos), de cor escura, obtida por processamento tecnológico adequado, a partir de farinha de soja desengordurada, proteína isolada de soja e proteína concentrada de soja, isenta de sujidades, deve apresentar u midade máxima de 8% e proteína em base seca mínima de 50%; pacote com 400g do produto; rotulagem completa	Embalagem 400 Grama	1.850	R\$ 9,28	R\$ 17.168,00
60	604518	Rapadura em tijolinhos de 20g a 25g cada, embalados individualmente (embalagem primária). Apresentação: devem estar acondicionados em fardos de 01kg (embalagem secundária). Produto 100% natural, produzido a partir da cana de açúcar, sem o uso de conservantes e corantes. Devem estar livres de insetos, corpos estranhos e sujidades. Produto rotulado conforme a legislação.	Quilograma	1.520	R\$ 55,19	R\$ 83.888,80
61	461092	Sal refinado iodado, aplicação alimentícia, teor máximo de sódio: 390mg. Entrega: fardo com 30 pacotes de 1 kg cada; rotulagem completa	Pacote 1 Quilograma	4.110	R\$ 2,50	R\$ 10.275,00
62	449006	Sardinha em óleo comestível, tampa abre fácil, lata contendo 125g (peso líquido) e de 80g a 85g (peso drenado) do produto; rotulagem completa	Embalagem 125 Grama	3.400	R\$ 6,64	R\$ 22.576,00
63	442814	Suco concentrado de maracujá, integral, à base de: água, suco de maracujá concentrado,	Garrafa 1 Litro	3.000	R\$ 13,19	R\$ 39.570,00

		pasteurizado e homogeneizado. Embalagem: garrafa com 01 litro do produto; rotulagem completa				
64	442810	Suco concentrado de uva, integral, à base de: água, suco de uva concentrado, pasteurizado e homogeneizado. Embalagem: garrafa com 01 litro do produto; rotulagem completa	Garrafa 1 Litro	3.000	R\$ 15,54	R\$ 46.620,00
65	478866	Suplemento nutricional à base de leite em pó desnatado, maltodextrina, frutooligossacarídeos (FOS), inulina, gordura láctea, minerais e vitaminas, emulsificante lecitina de soja, contendo, no mínimo, 330mg e, no máximo, 350mg de cálcio por 30g do produto – sabor banana, lata com 400g; rotulagem completa	Lata 400 Grama	70	R\$ 69,55	R\$ 4.868,50
66	478866	Suplemento nutricional à base de leite desnatado, leite integral, fibras solúveis - frutooligossacarídeos (FOS), inulina, maltodextrina, minerais e vitaminas, sem adição de açúcar, contendo, no mínimo, 607 mg de cálcio por 35 g do produto – sabor baunilha, lata com 400g; rotulagem completa	Lata 400 Grama	70	R\$ 65,71	R\$ 4.599,70
67	243203	Tempero pronto tipo caseiro, contendo vinagre de álcool, alho, cebola, sal refinado, semente de coentro, cravo e cominho, colorífico, pimenta -do -reino, proteína vegetal hidrolisada com aroma de carne, manjerição. Entrega: cx contendo 12 garrafas plásticas com 500ml do produto, cada; rotulagem completa	Garrafa 500 Mililitro	1.700	R\$ 7,00	R\$ 11.900,00
68	217096	Vinagre de álcool, acidez volátil: 4.0%, líquido transparente, contendo: fermentado acético de álcool, água e conservante. Entrega: cx contendo 12 garrafas plásticas com 500 ml do produto, cada; rotulagem completa	Frasco 500 Mililitro	2.240	R\$ 3,59	R\$ 8.041,60

69	463859	Alho em pó puro 100%, embalagem 500g insumos.	Quilograma	1	R\$ 24,96	R\$ 24,96
70	601227	Cebola em pó pura 100%, embalagem 1kg insumos.	Quilograma	2	R\$ 36,56	R\$ 73,12
71	437092	Cloreto de cálcio solução 40%, embalagem 1L insumos.	Litro	8	R\$ 31,67	R\$ 253,36
72	440791	Glutamato monossódico, embalagem 100g, validade 1 ano insumos.	Embalagem 100 Grama	4	R\$ 9,90	R\$ 39,60
73	483494	Ácido cítrico alimentício, 100g, validade 1 ano insumos.	Pacote 100g	3	R\$ 7,50	R\$ 22,50
74	374742	Pectina em pó, pote 50g, validade 1 ano insumos.	Embalagem 50g	5	R\$ 38,99	R\$ 194,95
75	459153	Farinha de rosca, pacote 500g, validade 2 meses insumos.	Embalagem 500 Grama	3	R\$ 10,00	R\$ 30,00
76	463532	Cacau em pó 100%, caixa 200g, validade 6 meses insumos.	Pacote 200 Grama	53	R\$ 47,60	R\$ 2.522,80
77	462823	Ervilha em conserva, pacote 2kg, validade 6 meses insumos.	Embalagem 2 Quilograma	51	R\$ 27,29	R\$ 1.391,79
78	467318	Chocolate meio amargo cobertura, 1kg insumos.	Quilograma	2	R\$ 44,79	R\$ 89,58
79	459079	Polvilho doce mandioca, 500g, validade 6 meses insumos.	Embalagem 500 Grama	4	R\$ 8,19	R\$ 32,76
80	459080	Polvilho azedo mandioca, 500g, validade 6 meses insumos.	Embalagem 500 Grama	4	R\$ 11,19	R\$ 44,76
81	467538	Melhorador de farinha pasta, 150g insumos.	Embalagem 150 Grama	4	R\$ 13,00	R\$ 52,00
82	236604	Sal de cura nitrito de sódio, 1kg insumos.	Quilograma	2	R\$ 9,81	R\$ 19,62

83	281590	Coagulante liquido para fabricação de queijos, embalagem 200 ml. Poder coagulante 1: 10.000	Embalagem 200 Mililitro	20	R\$ 16,38	R\$ 327,60
84	235049	Coagulante em pó para fabricação de queijos, embalagem 50g. poder coagulante 1:80.000	Embalagem 50g	10	R\$ 14,79	R\$ 147,90
85	462226	Fermento lácteo para iogurte – culturas lácticas termofílicas (envelope para 500 litros)	Embalagem 500 Grama	1	R\$ 127,01	R\$ 127,01
86	456331	Acido láctico - solução 50% v/v, grau alimentício	Litro	3	R\$ 50,00	R\$ 150,00
87	412637	Bicarbonato de sódio – pureza mínima 90%	Quilograma	3	R\$ 27,56	R\$ 82,68
88	375602	Sorbato de potássio – conservante, grau alimentício. 500g	Embalagem 500 Grama	1	R\$ 27,40	R\$ 27,40
89	353893	Benzoato de sódio - conservante, grau alimentício. 500g	Embalagem 500 Grama	1	R\$ 25,50	R\$ 25,50
90	352809	Glicose em pó - Dextrose anidra, uso alimentar	Quilograma	4	R\$ 36,00	R\$ 144,00
91	485197	Gordura vegetal p/ sorvete - Gordura vegetal hidrogenada	Embalagem 500 Grama	8	R\$ 15,39	R\$ 123,12
92	316890	Emulsificante - Emulsificante para sorvetes	Quilograma	1	R\$ 49,99	R\$ 49,99
93	440671	Estabilizante (liga neutra) - Estabilizante alimentar	Embalagem 1 Quilograma	1	R\$ 33,00	R\$ 33,00
94	410741	Sal fundente para requeijão	Quilograma	3	R\$ 96,79	R\$ 290,37
95	445484	Água Mineral Natural Tipo: Sem Gás Material Embalagem: Plástico Tipo Embalagem: Descartável	Garrafa 500 Mililitros	1.100	R\$ 4,49	R\$ 4.939,00

TOTAL

R\$ 2.376.498,24

1.1.1 Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Órgão Gerenciador: IFCE - Campus Crato

item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	Açúcar tipo cristal, isento de impurezas, acondicionados em fardo com 30 pct de 1kg, selo de garantia, rotulagem completa	embalagem de 01kg	30	15.650	15.650
2	Achocolatado em pó, ingredientes: açúcar, cacau em pó, extrato de malte, leite em pó desnatado, soro de leite em pó, minerais, vitaminas, lecitina de soja; embalagem: lata ou sachê laminado, 800g, rotulagem completa	embalagem de 800g	10	120	120
3	Adoçante dietético líquido, à base de sucralose (100%), embalagem plástica contendo, no mínimo, 65 ml do produto, com rotulagem completa	frasco de 65ml	01	03	03
4	Alimento à base de farinha de aveia INTEGRAL para preparo de mingaus e outras utilizações culinárias, contendo: farinha de aveia integral; rotulagem completa, embalagem com 400g	embalagem de 400g	10	300	300
5	Ameixa em calda, lata com 400g (peso drenado), rotulagem completa	lata	05	130	130
6	Amido de milho, embalagem com 1.000g (1kg), rotulagem completa	kg	10	210	210
7	Aromatizante artificial comestível, idêntico ao natural sabor	frasco de 30ml	01	12	12

	baunilha, cor escura, dispensação em gotas; frasco contendo 30ml do produto; rotulagem completa				
8	Arroz parboilizado integral, classe longo fino, tipo 1, fardo com 30 pct de 1kg, rotulagem completa	kg	30	250	250
9	Arroz parboilizado polido, classe longo fino, tipo 1, fardo com 30 pct de 1 kg, rotulagem completa	kg	300	19.000	19.000
10	Azeite de dendê – composição: 100% óleo de palma, integral, próprio para consumo humano. Unidade de fornecimento: garrafa com 500ml do produto, com tampa que permita novo fechamento após aberta. Rotulagem completa e características de apresentação, produção e acondicionamento conforme legislação em vigor; filtrado e sem impurezas.	embalagem de 500ml	10	480	480
11	Azeite de oliva puro extra virgem, acidez menor que 1, embalagem com 500 ml com tampa dosadora integrada; rotulagem completa	embalagem de 500ml	05	100	100
12	Azeitona verde sem caroço, embalagem: vidro; peso líquido drenado: 500g, rotulagem completa	embalagem de 500g	10	250	250
13	Azeitona preta sem caroço, embalagem: vidro; peso líquido drenado: 160g, rotulagem completa	embalagem de 160g	05	150	150
14	Biscoito recheado tipo waffer, sabor chocolate, ingredientes: Açúcar, gordura vegetal, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, leite em pó integral, chocolate branco, carbonato de cálcio, amido, sal, carbonato de magnésio, aromatizante, emulsificante lecitina de soja e fermento químico bicarbonato de sódio, embalagem individual com 30g, rotulagem completa	pacote 30 gramas	80	9.000	9.000
15	Biscoito recheado tipo waffer, sabor morango, ingredientes: Açúcar, Gordura vegetal hidrogenada, Farinha de trigo enriquecido com ferro e ácido fólico, Cacao em pó, Amido, Xarope de glicose, sal, Emulsificante lecitina de soja,	pacote 30gramas	80	9.000	9.000

	aromatizante, Fermento químico bicarbonato de sódio, embalagem individual com 30g, rotulagem completa				
16	Bolacha Cream Cracker, embalagem secundária pesando entre 350 g e 400 g, contendo 3 pacotes (fileiras) de bolacha; rotulagem completa, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, extrato de malte, soro de leite em pó, açúcar, amido, sal, fermento químico bicarbonato de sódio, emulsificante lecitina de soja e aromatizante; rotulagem completa	pacote 400 gramas	20	1.500	1.500
17	Bolacha Maisena, embalagem secundária pesando entre 350 g e 400 g, contendo 3 pacotes (fileiras) de bolacha; rotulagem completa, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, amido, açúcar, açúcar invertido, gordura vegetal, sal, fermentos químicos, aromatizante, emulsificante e melhorador de farinha; rotulagem completa	pacote 400 gramas	20	1.300	1.300
18	Bolacha Maisena, SEM LACTOSE, pacotes entre 100g e 150g, rotulagem completa, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, amido, açúcar, açúcar invertido, gordura vegetal, sal, fermentos químicos, aromatizante, emulsificante e melhorador de farinha; rotulagem completa	pacote 120 gramas	10	100	100
19	Café em pó, torrado e moído, embalagem à vácuo, feito majoritariamente de grãos arábica, tipo Superior de primeira qualidade, pacote com 250g, entrega: caixa contendo (5 kg), rotulagem completa. O produto deve possuir o Certificado de Pureza e Qualidade da ABIC na categoria de qualidade “tipo superior” ou acima; ou, deve apresentar laudo de análise sensorial emitido por laboratório credenciado à Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (Reblas), comprovando	pacote de 250 gramas	20	2.866	2.866

	que o café fornecido tem o nível mínimo de qualidade correspondente a 6,5 pontos da Qualidade Global da bebida, da escala de 0 a 10 pontos; rotulagem completa				
20	Chocolate em pó solúvel, 50% de cacau, sabor tradicional, contendo cacau puro, açúcar e aromatizante; pct c/ 200g; rotulagem completa	pacote de 200 gramas	02	70	70
21	Coco ralado sem adição de açúcar, pacote com 1kg, rotulagem completa	pacote de 01kg	01	12	12
22	Colorau (colorífico) sem sal – produto obtido do pó de urucum com a mistura de fubá de milho; NÃO deve conter sal. pó de coloração avermelhada, embalagem contendo 100g do produto, acondicionada em fardos com 1kg, rotulagem completa.	kg	10	250	250
23	Cravo da índia – embalagem contendo 50g do produto, rotulagem completa	embalagem de 50 gramas	01	20	20
24	Creme de leite. Ingredientes: creme de leite, leite em pó desnatado, estabilizante – embalagem com 200 g, original animal, embalado em caixa tetra pak, limpa, não amassada e não estufada, rotulagem completa	embalagem de 200 gramas	10	250	250
25	Creme de leite. Ingredientes: creme de leite, leite em pó desnatado, estabilizante – embalagem com 1.000 g, original animal, embalado em caixa tetra pak, limpa, não amassada e não estufada, rotulagem completa	embalagem de 01kg	20	900	900
26	Doce tipo cocada, cor branca, à base de coco, açúcar e leite, acondicionado em embalagem individual, embalado em papel celofane, transparente, atóxico, com peso aproximado de 20g; embalagem secundária: pote em plástico transparente, com 50 unidades, peso líquido 1.000g; rotulagem completa	embalagem de 01kg	20	500	500
27	Doce tipo mariola, sabor banana, acondicionado em embalagem individual, embalado em papel celofane, transparente, atóxico; embalagem secundária: pacote	embalagem de 300 gramas	20	500	500

	em plástico transparente, com 20 unidades, peso líquido 300g; rotulagem completa				
28	Doce tipo mariola, sabor goiaba, acondicionado em embalagem individual, embalado em papel celofane, transparente, atóxico; embalagem secundária: pacote em plástico transparente, com 20 unidades, peso líquido 300g; rotulagem completa	embalagem de 300 gramas	20	500	500
29	Ervilha em conserva, embalagem tetra pak ou sachê laminado, tampa tipo abre fácil, ingredientes: ervilha e salmoura (água, sal e açúcar), peso líquido drenado 200g; rotulagem completa	embalagem de 200 gramas	20	1.500	1.500
30	Extrato de tomate concentrado, isento de pele e sementes, ingredientes: tomate, açúcar e sal, embalagem laminada contendo 2kg do produto; rotulagem completa	embalagem de 02 kg	05	405	405
31	Farinha Láctea (alimento à base de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, leite em pó integral, vitaminas e minerais, sal e aromatizante), rotulagem completa, sachê laminado contendo entre 200g e 250g	embalagem de 200 gramas	10	300	300
32	Farinha de mandioca tipo fina, peneirada (grupo seca, sub - grupo fina, classe branca, tipo I), Entrega: fd = 30kg, rotulagem completa	embalagem de 01kg	30	2.100	2.100
33	Farinha de milho flocada, amarela. Entrega: pacote com 500g, acondicionados em fd com 30 pct, rotulagem completa	embalagem de 500 gramas	25	5.000	5.000
34	Farinha de trigo com fermento, enriquecida com ferro e ácido fólico, Entrega fardo com 10 unidades de 01 kg, rotulagem completa	embalagem de 01kg	10	406	406
35	Farinha de trigo sem fermento, enriquecida com ferro e ácido fólico, Entrega: fardo com 10 unidades de 01 kg, rotulagem completa	embalagem de 01kg	10	730	730
36	Feijão BRANCO, tipo 1, classe branco, grupo I, grão de cor	embalagem de 01kg	10	300	300

	branca uniforme, tamanho aproximado de 1,5 cm quando cru; rotulagem completa				
37	Feijão carioquinha, tipo 1, grupo I, classe cores, Entrega: fd com 30 pct de 1 kg cada, rotulagem completa	embalagem de 01kg	30	4.500	4.500
38	Feijão de corda, tipo 1, grupo II, classe cores, Entrega: fd com 30 pct de 1 kg cada, rotulagem completa	embalagem de 01kg	30	2.850	2.850
39	Feijão preto, tipo 1, grupo I, classe preto, Entrega: fd com 30 pct de 1 kg cada, rotulagem completa	embalagem de 01kg	30	1.500	1.500
40	Fermento em pó químico, a base de amido de milho (Streptomycesviridochromogenes e/ou Bacillusthuringiensis e/ou Agrobacteriumtumefaciens e/ou Zeamays), bicarbonato de sódio, fosfato monocálcico e carbonato de cálcio; pote com 100g; rotulagem completa	embalagem de 100 gramas	03	92	92
41	Grão -de -bico, leguminosa in natura seca, de cor viva, tamanho uniforme, casca lisa e sem enrugamento, pacote com 500g do produto, rotulagem completa	embalagem de 500 gramas	10	150	150
42	Leite condensado - embalagem de 395g, ingredientes: leite integral, açúcar e lactose; rotulagem completa	embalagem de 395 gramas	10	570	570
43	Leite de coco tradicional, ingredientes: leite de coco, água e conservantes, garrafa com 500ml	frasco de 500ml	02	45	45
44	Leite de soja em pó, sem açúcar, sem lactose, sem glúten, rico em cálcio, ferro, vitaminas A e D, entre outros nutrientes, à base de proteína isolada de soja, sabor natural, rotulagem completa, lata com 300g.	lata de 300 gramas	01	05	05
45	Leite em pó desnatado, instantâneo. Apresentação: embalagem com 300g; rotulagem completa	embalagem de 300 gramas	02	100	100
46	Leite em pó integral instantâneo, enriquecido com ferro e vitaminas. Composição: Leite integral, vitaminas (C, A e D), pirofostato férrico e emulsificante lecitina de soja, apresentando,	embalagem de 200 gramas	1.000	50	1.100

	em 26g do produto, no mínimo 17mg de vitamina C, 1,8 µg de vitamina D, 225 µg de vitamina A, 05 mg de ferro e 245 mg de cálcio. Deve conter, no máximo, 04 g de gordura saturada a cada 26g do produto. Apresentação: embalagem laminada com 200g; rotulagem completa				
47	Macarrão para lasanha, massa de sêmola, sem ovo. Entrega: caixa com 10kg (20 embalagens com 500g), rotulagem completa.	embalagem de 500 gramas	20	980	980
48	Macarrão tipo Ave Maria ou Padre Nosso. Apresentação: Argolinha. Entrega: pacote com 500g, acondicionado em fardo com 5kg, rotulagem completa, massa de sêmola, sem ovos	embalagem de 500 gramas	10	500	500
49	Macarrão tipo espaguete. Entrega: pacote com 500g, acondicionado em fardo com 5kg, rotulagem completa, massa de sêmola, sem ovos	embalagem de 500 gramas	20	4.300	4.300
50	Macarrão tipo parafuso, a base de farinha de arroz. Entrega: pacote com 500g, acondicionado em fardo com 6kg, rotulagem completa	embalagem de 500 gramas	20	2.500	2.500
51	Macarrão tipo penne, a base de farinha de arroz. Entrega: pacote com 500g, acondicionado em fardo com 5kg, rotulagem completa	embalagem de 500 gramas	20	1.800	1.800
52	Margarina vegetal, balde com 15kg, 80% de lipídios, rotulagem completa	embalagem de 15 kg	02	151	151
53	Milho p/ mucunzá (canjica) – cor amarelo/laranja, pacote com 500g, rotulagem completa	pacote de 500 gramas	10	500	500
54	Milho p/ pipoca – Tipo 1, pacote com 500g, amarela, rotulagem completa	embalagem de 500 gramas	10	210	210
55	Milho verde em conserva, embalagem tetra pak ou sachê laminado, tampa tipo abre fácil, ingredientes: milho verde e salmoura (água, sal e açúcar), peso líquido drenado 200g, rotulagem completa	embalagem de 200 gramas	20	1.705	1.705
56	Molho inglês, tipo worcestershire, contendo: vinagre, água, molho de soja, açúcar, extrato de tomate, condimento preparado, sal, polpa de pimenta -vermelha,	embalagem de 01 litro	02	50	50

	corante e conservante. Embalagem: garrafa plástica com 1 litro do produto; rotulagem completa				
57	Molho shoyu, contendo açúcar cristal, sal refinado, proteína vegetal hidrolisada com aroma de soja e realçador de sabor. Embalagem garrafa plástica com 1 litro do produto; rotulagem completa	embalagem de 01 litro	02	200	200
58	Óleo vegetal comestível, tipo 1, puro, espécie vegetal: soja, garrafa com 900ml. Entrega: Caixa contendo 20 garrafas; rotulagem completa	embalagem de 900 mililitros	20	4.830	4.830
59	Proteína Texturizada de Soja – granulada (grãos pequenos), de cor escura, obtida por processamento tecnológico adequado, a partir de farinha de soja desengordurada, proteína isolada de soja e proteína concentrada de soja, isenta de sujidades, deve apresentar umidade máxima de 8% e proteína em base seca mínima de 50%; pacote com 400g do produto; rotulagem completa	embalagem de 400 gramas	30	900	900
60	Rapadura em tijolinhos de 20g a 25g cada, embalados individualmente (embalagem primária). Apresentação: devem estar acondicionados em fardos de 01kg (embalagem secundária). Produto 100% natural, produzido a partir da cana de açúcar, sem o uso de conservantes e corantes. Devem estar livres de insetos, corpos estranhos e sujidades. Produto rotulado conforme a legislação.	kg	10	700	700
61	Sal refinado iodado, aplicação alimentícia, teor máximo de sódio: 390mg. Entrega: fardo com 30 pacotes de 1 kg cada; rotulagem completa	pacote de 01kg	30	2.310	2.310
62	Sardinha em óleo comestível, tampa abre fácil, lata contendo 125g (peso líquido) e de 80g a 85g (peso drenado) do produto; rotulagem completa	embalagem de 125 gramas	10	400	400
63	Suco concentrado de maracujá, integral, à base de: água, suco de maracujá concentrado,	garrafa de 01 litro	20	800	800

	pasteurizado e homogeneizado. Embalagem: garrafa com 01 litro do produto; rotulagem completa				
64	Suco concentrado de uva, integral, à base de: água, suco de uva concentrado, pasteurizado e homogeneizado. Embalagem: garrafa com 01 litro do produto; rotulagem completa	garrafa de 01 litro	20	400	400
65	Suplemento nutricional à base de leite em pó desnatado, maltodextrina, frutooligossacarídeos (FOS), inulina, gordura láctea, minerais e vitaminas, emulsificante lecitina de soja, contendo, no mínimo, 330mg e, no máximo, 350mg de cálcio por 30g do produto – sabor banana, lata com 400g; rotulagem completa	lata de 400 gramas	01	20	20
66	Suplemento nutricional à base de leite desnatado, leite integral, fibras solúveis - frutooligossacarídeos (FOS), inulina, maltodextrina, minerais e vitaminas, sem adição de açúcar, contendo, no mínimo, 607 mg de cálcio por 35 g do produto – sabor baunilha, lata com 400g; rotulagem completa	lata de 400 gramas	01	20	20
67	Tempero pronto tipo caseiro, contendo vinagre de álcool, alho, cebola, sal refinado, semente de coentro, cravo e cominho, colorífico, pimenta -do -reino, proteína vegetal hidrolisada com aroma de carne, manjerição. Entrega: cx contendo 12 garrafas plásticas com 500ml do produto, cada; rotulagem completa	garrafa de 500ml	12	600	600
68	Vinagre de álcool, acidez volátil: 4.0%, líquido transparente, contendo: fermentado acético de álcool, água e conservante. Entrega: cx contendo 12 garrafas plásticas com 500 ml do produto, cada; rotulagem completa	frasco de 500ml	12	1.240	1.240
69	Alho em pó puro 100% insumos.	kg	01	01	01
70	Cebola em pó pura 100%, embalagem 1kg insumos.	kg	01	02	02
71	Cloreto de cálcio solução 40%, embalagem 1L insumos.	litro	01	08	08
72	Glutamato monossódico, embalagem 100g, validade 1 ano	embalagem de 100	01	04	04

	insumos.	gramas			
73	Ácido cítrico alimentício, 100g, validade 1 ano insumos.	pacote de 100 gramas	01	03	03
74	Pectina em pó, pote 50g, validade 1 ano insumos.	embalagem de 50 gramas	01	05	05
75	Farinha de rosca, pacote 500g, validade 2 meses insumos	embalagem de 500 gramas	01	03	03
76	Cacau em pó 100%, caixa 200g, validade 6 meses insumos.	embalagem de 200 gramas	01	03	03
77	Ervilha em conserva, pacote 2kg, validade 6 meses insumos.	embalagem 02kg	01	01	01
78	Chocolato meio amargo cobertura, 1kg insumos.	kg	01	02	02
79	Polvilho doce mandioca, 500g, validade 6 meses insumos.	embalagem 500 gramas	01	04	04
80	Polvilho azedo mandioca, 500g, validade 6 meses insumos.	embalagem 500 gramas	01	04	04
81	Melhorador de farinha pasta, 300g insumos.	embalagem 150 gramas	01	04	04
82	Sal de cura nitrito de sódio, 1kg insumos.	kg	01	02	02
83	Coagulante liquido para fabricação de queijos, embalagem 200 ml. Poder coagulante 1:10.000	embalagem 200 ml	05	20	20
84	Coagulante em pó para fabricação de queijos, embalagem 50g. poder coagulante 1:80.000	embalagem 50 gramas	02	10	10
85	Fermento lácteo para iogurte – culturas lácticas termofílicas (envelope para 500 litros)	embalagem 500 gramas	01	01	01
86	Acido láctico - solução 50% v/v, grau alimentício	litro	01	03	03
87	Bicarbonato de sódio – pureza mínima 90%	kg	01	03	03
88	Sorbato de potássio – conservante, grau alimentício. 500g	embalagem de 500 gramas	01	01	01
89	Benzoato de sódio - conservante, grau alimentício. 500g	embalagem de 500 gramas	01	01	01
90	Glicose em pó - Dextrose anidra, uso alimentar	kg	01	04	04
91	Gordura vegetal p/ sorvete - Gordura vegetal hidrogenada	embalagem 500 gramas	02	08	08
92	Emulsificante - Emulsificante para sorvetes	kg	01	01	01
93	Estabilizante (liga neutra) - Estabilizante alimentar	embalagem de 01kg	01	01	01

94	Sal fundente para requeijão	kg	01	03	03
95	Água Mineral Natural; Tipo: Sem Gás; Material Embalagem: Plástico Tipo Embalagem: Descartável	Garrafa de 500 ml	200	600	600

ÓRGÃO PARTICIPANTE: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - CAMPUS JUAZEIRO DO NORTE					
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	Açúcar tipo cristal, isento de impurezas, acondicionados em fardo com 30 pct de 1kg, selo de garantia, rotulagem completa	embalagem de 01kg	30	5.000	5.000
2	Achocolatado em pó, ingredientes: açúcar, cacau em pó, extrato de malte, leite em pó desnatado, soro de leite em pó, minerais, vitaminas, lecitina de soja; embalagem: lata ou sachê laminado, 800g, rotulagem completa	embalagem de 800g	10	400	400
3	Adoçante dietético líquido, à base de sucralose (100%), embalagem plástica contendo, no mínimo, 65 ml do produto, com rotulagem completa	frasco de 65ml	01	10	10
4	Alimento à base de farinha de aveia INTEGRAL para preparo de mingaus e outras utilizações culinárias, contendo: farinha de aveia integral; rotulagem completa, embalagem com 400g	embalagem de 400g	10	4000	4000
6	Amido de milho, embalagem com 1.000g (1kg), rotulagem completa	kg	10	300	300

8	Arroz parboilizado integral, classe longo fino, tipo 1, fardo com 30 pct de 1kg, rotulagem completa	kg	10	500	500
9	Arroz parboilizado polido, classe longo fino, tipo 1, fardo com 30 pct de 1 kg, rotulagem completa	kg	120	17.000	17.000
10	Azeite de dendê – composição: 100% óleo de palma, integral, próprio para consumo humano. Unidade de fornecimento: garrafa com 500ml do produto, com tampa que permita novo fechamento após aberta. Rotulagem completa e características de apresentação, produção e acondicionamento conforme legislação em vigor; filtrado e sem impurezas.	embalagem de 500ml	5	60	60
11	Azeite de oliva puro extra virgem, acidez menor que 1, embalagem com 500 ml com tampa dosadora integrada; rotulagem completa	embalagem de 500ml	5	540	540
12	Azeitona verde sem caroço, embalagem: vidro; peso líquido drenado: 500g, rotulagem completa	embalagem de 500g	10	300	300
13	Azeitona preta sem caroço, embalagem: vidro; peso líquido drenado: 160g, rotulagem completa	embalagem de 160g	5	150	150
	Biscoito recheado tipo waffer, sabor chocolate, ingredientes: Açúcar, gordura vegetal, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, leite em pó integral, chocolate branco, carbonato de cálcio, amido,				

14	sal, carbonato de magnésio, aromatizante, emulsificante lecitina de soja e fermento químico bicarbonato de sódio, embalagem individual com 30g, rotulagem completa	pacote 30 gramas	20	800	800
15	Biscoito recheado tipo waffer, sabor morango, ingredientes: Açúcar, Gordura vegetal hidrogenada, Farinha de trigo enriquecido com ferro e ácido fólico, Cacau em pó, Amido, Xarope de glicose, sal, Emulsificante lecitina de soja, aromatizante, Fermento químico bicarbonato de sódio, embalagem individual com 30g, rotulagem completa	pacote 30gramas	20	800	800
16	Bolacha Cream Cracker, embalagem secundária pesando entre 350 g e 400 g, contendo 3 pacotes (fileiras) de bolacha; rotulagem completa, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, extrato de malte, soro de leite em pó, açúcar, amido, sal, fermento químico bicarbonato de sódio, emulsificante lecitina de soja e aromatizante; rotulagem completa	pacote 400 gramas	40	2.500	2.500
17	Bolacha Maisena, embalagem secundária pesando entre 350 g e 400 g, contendo 3 pacotes (fileiras) de bolacha; rotulagem completa, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, amido, açúcar, açúcar invertido, gordura vegetal, sal,	pacote 400 gramas	40	2.800	2.800

	fermentos químicos, aromatizante, emulsificante e melhorador de farinha; rotulagem completa				
18	Bolacha Maisena, SEM LACTOSE, pacotes entre 100g e 150g, rotulagem completa, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, amido, açúcar, açúcar invertido, gordura vegetal, sal, fermentos químicos, aromatizante, emulsificante e melhorador de farinha; rotulagem completa	pacote 120 gramas	5	200	200
19	Café em pó, torrado e moído, embalagem à vácuo, feito majoritariamente de grãos arábica, tipo Superior de primeira qualidade, pacote com 250g, entrega: caixa contendo (5 kg), rotulagem completa. O produto deve possuir o Certificado de Pureza e Qualidade da ABIC na categoria de qualidade “tipo superior” ou acima; ou, deve apresentar laudo de análise sensorial emitido por laboratório credenciado à Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (Reblas), comprovando que o café fornecido tem o nível mínimo de qualidade correspondente a 6,5 pontos da Qualidade Global da bebida, da escala de 0 a 10 pontos; rotulagem completa	pacote de 250 gramas	60	3.200	3.200
20	Chocolate em pó solúvel, 50% de cacau, sabor tradicional, contendo cacau puro, açúcar e aromatizante; pct c/ 200g; rotulagem completa	pacote de 200 gramas	10	400	400

22	Colorau (colorífico) sem sal – produto obtido do pó de urucum com a mistura de fubá de milho; NÃO deve conter sal. pó de coloração avermelhada, embalagem contendo 100g do produto, acondicionada em fardos com 1kg, rotulagem completa.	kg	10	600	600
24	Creme de leite. Ingredientes: creme de leite, leite em pó desnatado, estabilizante – embalagem com 200 g, original animal, embalado em caixa tetra pak, limpa, não amassada e não estufada, rotulagem completa	embalagem de 200 gramas	60	3000	3000
25	Creme de leite. Ingredientes: creme de leite, leite em pó desnatado, estabilizante – embalagem com 1.000 g, original animal, embalado em caixa tetra pak, limpa, não amassada e não estufada, rotulagem completa	embalagem de 01kg	12	600	600
26	Doce tipo cocada, cor branca, à base de coco, açúcar e leite, acondicionado em embalagem individual, embalado em papel celofane, transparente, atóxico, com peso aproximado de 20g; embalagem secundária: pote em plástico transparente, com 50 unidades, peso líquido 1.000g; rotulagem completa	embalagem de 01kg	60	1200	1200
27	Doce tipo mariola, sabor banana, acondicionado em embalagem individual, embalado em papel celofane, transparente, atóxico; embalagem		40	1400	1400

	secundária: pacote em plástico transparente, com 20 unidades, peso líquido 300g; rotulagem completa	embalagem de 300 gramas			
28	Doce tipo mariola, sabor goiaba, acondicionado em embalagem individual, embalado em papel celofane, transparente, atóxico; embalagem secundária: pacote em plástico transparente, com 20 unidades, peso líquido 300g; rotulagem completa	embalagem de 300 gramas	40	1400	1400
29	Ervilha em conserva, embalagem tetra pak ou sachê laminado, tampa tipo abre fácil, ingredientes: ervilha e salmoura (água, sal e açúcar), peso líquido drenado 200g; rotulagem completa	embalagem de 200 gramas	48	1.200	1.200
30	Extrato de tomate concentrado, isento de pele e sementes, ingredientes: tomate, açúcar e sal, embalagem laminada contendo 2kg do produto; rotulagem completa	embalagem de 02 kg	12	1200	1200
32	Farinha de mandioca tipo fina, peneirada (grupo seca, sub - grupo fina, classe branca, tipo I), Entrega: fd = 30kg, rotulagem completa	embalagem de 01kg	60	1.500	1.500
33	Farinha de milho flocada, amarela. Entrega: pacote com 500g, acondicionados em fd com 30 pct, rotulagem completa	embalagem de 500 gramas	60	6.000	6.000
34	Farinha de trigo com fermento, enriquecida com ferro e ácido fólico, Entrega fardo com 10 unidades de 01 kg, rotulagem completa	embalagem de 01kg	2	50	50

35	Farinha de trigo sem fermento, enriquecida com ferro e ácido fólico, Entrega: fardo com 10 unidades de 01 kg, rotulagem completa	embalagem de 01kg	10	300	300
36	Feijão BRANCO, tipo 1, classe branco, grupo I, grão de cor branca uniforme, tamanho aproximado de 1,5 cm quando cru; rotulagem completa	embalagem de 01kg	30	300	300
37	Feijão carioquinha, tipo 1, grupo I, classe cores, Entrega: fd com 30 pct de 1 kg cada, rotulagem completa	embalagem de 01kg	30	2.500	2.500
38	Feijão de corda, tipo 1, grupo II, classe cores, Entrega: fd com 30 pct de 1 kg cada, rotulagem completa	embalagem de 01kg	30	3.000	3.000
39	Feijão preto, tipo 1, grupo I, classe preto, Entrega: fd com 30 pct de 1 kg cada, rotulagem completa	embalagem de 01kg	30	1.500	1.500
41	Grão -de -bico, leguminosa in natura seca, de cor viva, tamanho uniforme, casca lisa e sem enrugamento, pacote com 500g do produto, rotulagem completa	embalagem de 500 gramas	5	400	400
42	Leite condensado - embalagem de 395g, ingredientes: leite integral, açúcar e lactose; rotulagem completa	embalagem de 395 gramas	10	500	500
43	Leite de coco tradicional, ingredientes: leite de coco, água e conservantes, garrafa com 500ml	frasco de 500ml	12	1200	1200

44	Leite de soja em pó, sem açúcar, sem lactose, sem glúten, rico em cálcio, ferro, vitaminas A e D, entre outros nutrientes, à base de proteína isolada de soja, sabor natural, rotulagem completa, lata com 300g.	lata de 300 gramas	01	60	60
45	Leite em pó desnatado, instantâneo. Apresentação: embalagem com 300g; rotulagem completa	embalagem de 300 gramas	5	100	100
46	Leite em pó integral instantâneo, enriquecido com ferro e vitaminas. Composição: Leite integral, vitaminas (C, A e D), pirofostato férrico e emulsificante lecitina de soja, apresentando, em 26g do produto, no mínimo 17mg de vitamina C, 1,8 µg de vitamina D, 225 µg de vitamina A, 05 mg de ferro e 245 mg de cálcio. Deve conter, no máximo, 04 g de gordura saturada a cada 26g do produto. Apresentação: embalagem laminada com 200g; rotulagem completa	embalagem de 200 gramas	50	3.000	3.000
47	Macarrão para lasanha, massa de sêmola, sem ovo. Entrega: caixa com 10kg (20 embalagens com 500g), rotulagem completa.	embalagem de 500 gramas	20	500	500
48	Macarrão tipo Ave Maria ou Padre Nosso. Apresentação: Argolinha. Entrega: pacote com 500g, acondicionado em fardo com 5kg, rotulagem completa, massa de sêmola, sem ovos	embalagem de 500 gramas	20	800	800
	Macarrão tipo espaguete. Entrega: pacote com 500g, acondicionado em fardo				

49	com 5kg, rotulagem completa, massa de sêmola, sem ovos	embalagem de 500 gramas	20	1.500	1.500
50	Macarrão tipo parafuso, a base de farinha de arroz. Entrega: pacote com 500g, acondicionado em fardo com 6kg, rotulagem completa	embalagem de 500 gramas	20	1.200	1.200
51	Macarrão tipo penne, a base de farinha de arroz. Entrega: pacote com 500g, acondicionado em fardo com 5kg, rotulagem completa	embalagem de 500 gramas	20	1.200	1.200
52	Margarina vegetal, balde com 15kg, 80% de lipídios, rotulagem completa	embalagem de 15 kg	1	120	120
53	Milho p/ mucunzá (canjica) – cor amarelo/laranja, pacote com 500g, rotulagem completa	pacote de 500 gramas	10	1000	1000
54	Milho p/ pipoca – Tipo 1, pacote com 500g, amarela, rotulagem completa	embalagem de 500 gramas	10	300	300
55	Milho verde em conserva, embalagem tetra pak ou sachê laminado, tampa tipo abre fácil, ingredientes: milho verde e salmoura (água, sal e açúcar), peso líquido drenado 200g, rotulagem completa	embalagem de 200 gramas	60	3.600	3.600
56	Molho inglês, tipo worcestershire, contendo: vinagre, água, molho de soja, açúcar, extrato de tomate, condimento preparado, sal, polpa de pimenta -vermelha, corante e conservante. Embalagem: garrafa	embalagem de 01 litro	1	200	200

	plástica com 1 litro do produto; rotulagem completa				
57	Molho shoyu, contendo açúcar cristal, sal refinado, proteína vegetal hidrolisada com aroma de soja e realçador de sabor. Embalagem garrafa plástica com 1 litro do produto; rotulagem completa	embalagem de 01 litro	1	200	200
58	Óleo vegetal comestível, tipo 1, puro, espécie vegetal: soja, garrafa com 900ml. Entrega: Caixa contendo 20 garrafas; rotulagem completa	embalagem de 900 mililitros	20	4.100	4.100
59	Proteína Texturizada de Soja – granulada (grãos pequenos), de cor escura, obtida por processamento tecnológico adequado, a partir de farinha de soja desengordurada, proteína isolada de soja e proteína concentrada de soja, isenta de sujidades, deve apresentar u midade máxima de 8% e proteína em base seca mínima de 50%; pacote com 400g do produto; rotulagem completa	embalagem de 400 gramas	20	800	800
60	Rapadura em tijolinhos de 20g a 25g cada, embalados individualmente (embalagem primária). Apresentação: devem estar acondicionados em fardos de 01kg (embalagem secundária). Produto 100% natural, produzido a partir da cana de açúcar, sem o uso de conservantes e corantes. Devem estar livres de insetos, corpos estranhos e sujidades.	kg	10	700	700

	Produto rotulado conforme a Legislação.				
61	Sal refinado iodado, aplicação alimentícia, teor máximo de sódio: 390mg. Entrega: fardo com 30 pacotes de 1 kg cada; rotulagem completa	pacote de 01kg	30	1.200	1.200
62	Sardinha em óleo comestível, tampa abre fácil, lata contendo 125g (peso líquido) e de 80g a 85g (peso drenado) do produto; rotulagem completa	embalagem de 125 gramas	30	2400	2400
63	Suco concentrado de maracujá, integral, à base de: água, suco de maracujá concentrado, pasteurizado e homogeneizado. Embalagem: garrafa com 01 litro do produto; rotulagem completa	garrafa de 01 litro	40	1200	1200
64	Suco concentrado de uva, integral, à base de: água, suco de uva concentrado, pasteurizado e homogeneizado. Embalagem: garrafa com 01 litro do produto; rotulagem completa	garrafa de 01 litro	40	1600	1600
67	Tempero pronto tipo caseiro, contendo vinagre de álcool, alho, cebola, sal refinado, semente de coentro, cravo e cominho, colorífico, pimenta -do - reino, proteína vegetal hidrolisada com aroma de carne, manjerição. Entrega: cx contendo 12 garrafas plásticas com 500ml do produto, cada; rotulagem completa	garrafa de 500ml	10	800	800

68	Vinagre de álcool, acidez volátil: 4.0%, líquido transparente, contendo: fermentado acético de álcool, água e conservante. Entrega: cx contendo 12 garrafas plásticas com 500 ml do produto, cada; rotulagem completa	frasco de 500ml	10	700	700
----	---	-----------------	----	-----	-----

ÓRGÃO PARTICIPANTE: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - CAMPUS CEDRO					
Item	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	Açúcar tipo cristal, isento de impurezas, acondicionados em fardo com 30 pct de 1kg, selo de garantia, rotulagem completa.	embalagem de 01kg	200	2000	2000
2	Achocolatado em pó, ingredientes: açúcar, cacau em pó, extrato de malte, leite em pó desnatado, soro de leite em pó, minerais, vitaminas, lecitina de soja; embalagem: lata ou sachê laminado, 800g, rotulagem completa.	embalagem de 800g	20	600	600
3	Adoçante dietético líquido, à base de sucralose (100%), embalagem plástica contendo, no mínimo, 65 ml do produto, com rotulagem completa.	frasco de 65ml	2	25	25
4	Alimento à base de farinha de aveia INTEGRAL para preparo de mingaus e outras utilizações culinárias, contendo: farinha de aveia integral; rotulagem completa, embalagem com 400g.	embalagem de 400g	2	300	300
5	Ameixa em calda, lata com 400g (peso drenado), rotulagem completa.	lata	10	50	50

6	Amido de milho, embalagem com 1.000 g (1kg), rotulagem completa.	kg	70	700	700
7	Aromatizante artificial comestível, idêntico ao natural sabor baunilha, cor escura, dispensação em gotas; frasco contendo 30ml do produto; rotulagem completa.	frasco de 30ml	1	100	100
8	Arroz parboilizado integral, classe longo fino, tipo 1, fardo com 30 pct de 1kg, rotulagem completa	kg	3	300	300
9	Arroz parboilizado polido, classe longo fino, tipo 1, fardo com 30 pct de 1 kg, rotulagem completa	kg	200	9000	9000
10	Azeite de dendê – composição: 100% óleo de palma, integral, próprio para consumo humano. Unidade de fornecimento: garrafa com 500ml do produto, com tampa que permita novo fechamento após aberta. Rotulagem completa e características de apresentação, produção e acondicionamento conforme legislação em vigor; filtrado e sem impurezas.	embalagem de 500ml	10	200	200
11	Azeite de oliva puro extra virgem, acidez menor que 1, embalagem com 500 ml com tampa dosadora integrada; rotulagem completa.	embalagem de 500ml	10	300	300
12	Azeitona verde sem caroço, embalagem: vidro; peso líquido drenado: 500g, rotulagem completa.	embalagem de 500g	10	300	300
13	Azeitona preta sem caroço, embalagem: vidro; peso líquido drenado: 160g, rotulagem completa.	embalagem de 160g	10	100	100
	Biscoito recheado tipo waffer, sabor chocolate branco, ingredientes: Açúcar, gordura				

14	vegetal, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, leite em pó integral, chocolate branco, carbonato de cálcio, amido, sal, carbonato de magnésio, aromatizante, emulsificante lecitina de soja e fermento químico bicarbonato de sódio, embalagem individual com 30g, rotulagem completa.	pacote 30 gramas	10	2000	2000
15	Biscoito recheado tipo waffer, sabor morango, ingredientes: Açúcar, Gordura vegetal hidrogenada, Farinha de trigo enriquecido com ferro e ácido fólico, Cacau em pó, Amido, Xarope de glicose, sal, Emulsificante lecitina de soja, aromatizante, Fermento químico bicarbonato de sódio, embalagem individual com 30g, rotulagem completa.	pacote 30 gramas	10	2000	2000
16	Bolacha Cream Cracker, embalagem secundária pesando entre 350 g e 400 g, contendo 3 pacotes (fileiras) de bolacha; rotulagem completa, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, extrato de malte, soro de leite em pó, açúcar, amido, sal, fermento químico bicarbonato de sódio, emulsificante lecitina de soja e aromatizante; rotulagem completa.	pacote 400 gramas	30	500	500
17	Bolacha Maisena, embalagem secundária pesando entre 350 g e 400 g, contendo 3 pacotes (fileiras) de bolacha; rotulagem completa, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, amido, açúcar, açúcar invertido, gordura vegetal, sal, fermentos químicos, aromatizante, emulsificante e melhorador de farinha; rotulagem completa.	pacote 400 gramas	30	900	900
	Bolacha Maisena, SEM LACTOSE, pacotes entre 100g e				

18	150g, rotulagem completa, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, amido, açúcar, açúcar invertido, gordura vegetal, sal, fermentos químicos, aromatizante, emulsificante e melhorador de farinha; rotulagem completa.	pacote 120 gramas	30	800	800
19	Café em pó, torrado e moído, embalagem à vácuo, feito majoritariamente de grãos arábica, tipo Superior de primeira qualidade, pacote com 250g, entrega: caixa contendo (5 kg), rotulagem completa. O produto deve possuir o Certificado de Pureza e Qualidade da ABIC na categoria de qualidade “tipo superior” ou acima; ou, deve apresentar laudo de análise sensorial emitido por laboratório credenciado à Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (Reblas), comprovando que o café fornecido tem o nível mínimo de qualidade correspondente a 6,5 pontos da Qualidade Global da bebida, da escala de 0 a 10 pontos; rotulagem completa.	pacote de 250 gramas	80	900	900
20	Chocolate em pó solúvel, 50% de cacau, sabor tradicional, contendo cacau puro, açúcar e aromatizante; pct c/ 200g; rotulagem completa.	pacote de 200 gramas	70	700	700
21	Coco ralado sem adição de açúcar, pacote com 1kg, rotulagem completa.	pacote de 01kg	1	25	25
22	Colorau (colorífico) sem sal – produto obtido do pó de urucum com a mistura de fubá de milho; pó de coloração avermelhada, embalagem contendo 100g do produto, acondicionada em fardos com 1kg, rotulagem completa.	kg	1	100	100

23	Cravo da Índia – embalagem contendo 50g do produto, rotulagem completa.	embalagem de 50 gramas	1	20	20
24	Creme de leite. Ingredientes: creme de leite, leite em pó desnatado, estabilizante – embalagem com 200 g, original animal, embalado em caixa tetra pak, limpa, não amassada e não estufada	embalagem de 200 gramas	10	1500	1500
25	Creme de leite. Ingredientes: creme de leite, leite em pó desnatado, estabilizante – embalagem com 1.000 g, original animal, embalado em caixa tetra pak, limpa, não amassada e não estufada; rotulagem completa.	embalagem de 01kg	10	600	600
26	Doce tipo cocada, cor branca, à base de coco, açúcar e leite, acondicionado em embalagem individual, embalado em papel celofane, transparente, atóxico, com peso aproximado de 20g; embalagem secundária: pote em plástico transparente, com 50 unidades, peso líquido 1.000g; rotulagem completa.	embalagem de 01kg	1	50	50
27	Doce tipo mariola, sabor banana, acondicionado em embalagem individual, embalado em papel celofane, transparente, atóxico; embalagem secundária: pacote em plástico transparente, com 20 unidades, peso líquido 300g; rotulagem completa.	embalagem de 300 gramas	1	200	200
28	Doce tipo mariola, sabor goiaba, acondicionado em embalagem individual, embalado em papel celofane, transparente, atóxico; embalagem secundária: pacote em plástico transparente, com 20 unidades, peso líquido 300g; rotulagem completa.	embalagem de 300 gramas	1	200	200
	Ervilha em conserva, embalagem tetra pak ou sachê laminado, tampa tipo abre fácil,				

29	ingredientes: ervilha e salmoura (água, sal e açúcar), peso líquido drenado 200g; rotulagem completa.	embalagem de 200 gramas	20	350	350
30	Extrato de tomate concentrado, isento de pele e sementes, ingredientes: tomate, açúcar e sal, embalagem laminada contendo 2kg do produto; rotulagem completa.	embalagem de 02 kg	20	200	200
31	Farinha Láctea (alimento à base de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, leite em pó integral, vitaminas e minerais, sal e aromatizante), rotulagem completa, sachê laminado contendo entre 200g e 250g.	embalagem de 200 gramas	20	300	300
32	Farinha de mandioca tipo fina, peneirada (grupo seca, sub-grupo fina, classe branca, tipo I), Entrega: fd = 30kg, rotulagem completa	embalagem de 01 kg	20	350	350
33	Farinha de milho flocada, amarela. Entrega: pacote com 500g, acondicionados em fd com 30 pct, rotulagem completa	embalagem de 500 gramas	20	1800	1800
34	Farinha de trigo com fermento, enriquecida com ferro e ácido fólico, Entrega fardo com 10 unidades de 01 kg, rotulagem completa.	embalagem de 01 kg	10	150	150
35	Farinha de trigo sem fermento, enriquecida com ferro e ácido fólico, Entrega: fardo com 10 unidades de 01 kg, rotulagem completa.	embalagem de 01 kg	10	250	250
36	Feijão BRANCO, tipo 1, classe branco, grupo I, grão de cor branca uniforme, tamanho aproximado de 1,5 cm quando cru; rotulagem completa.	embalagem de 01 kg	10	100	100

37	Feijão carioquinha, tipo 1, grupo I, classe cores, Entrega: fd com 30 pct de 1 kg cada, rotulagem completa.	embalagem de 01 kg	10	700	700
38	Feijão de corda, tipo 1, grupo II, classe cores, Entrega: fd com 30 pct de 1 kg cada, rotulagem completa	embalagem de 01 kg	10	700	700
39	Feijão preto, tipo 1, grupo I, classe preto, Entrega: fd com 30 pct de 1 kg cada, rotulagem completa	embalagem de 01 kg	10	700	700
40	Fermento em pó químico, a base de amido de milho (Streptomycesviridochromogenes e/ou Bacillusthuringiensis e/ou Agrobacteriumtumefaciens e/ou Zeamays), bicarbonato de sódio, fosfato monocálcico e carbonato de cálcio; pote com 100g; rotulagem completa.	embalagem de 100 gramas	10	200	200
41	Grão-de-bico, leguminosa in natura seca, de cor viva, tamanho uniforme, casca lisa e sem enrugamento, pacote com 500g do produto, rotulagem completa.	embalagem de 500 gramas	10	350	350
42	Leite condensado - embalagem de 395g, ingredientes: leite integral, açúcar e lactose; rotulagem completa.	embalagem de 395 gramas	10	100	100
43	Leite de coco tradicional, ingredientes: leite de coco, água e conservantes, garrafa com 500ml	frasco de 500ml	10	100	100
44	Leite de soja em pó, sem açúcar, sem lactose, sem glúten, rico em cálcio, ferro, vitaminas A e D, entre outros nutrientes, à base de proteína isolada de soja, sabor natural, rotulagem completa, lata com 300g.	lata de 300 gramas	20	200	200

45	Leite em pó desnatado, instantâneo. Apresentação: embalagem com 300g; rotulagem completa.	embalagem de 300 gramas	10	600	600
46	Leite em pó integral instantâneo, enriquecido com ferro e vitaminas. Composição: Leite integral, vitaminas (C, A e D), pirofostato férrico e emulsificante lecitina de soja, apresentando, em 26g do produto, no mínimo 17mg de vitamina C, 1,8 µg de vitamina D, 225 µg de vitamina A, 05 mg de ferro e 245 mg de cálcio. Deve conter, no máximo, 04 g de gordura saturada a cada 26g do produto. Apresentação: embalagem laminada com 200g; rotulagem completa.	embalagem de 200 gramas	10	1500	1500
47	Macarrão para lasanha, massa de sêmola, sem ova. Entrega: caixa com 10kg (20 embalagens com 500g), rotulagem completa.	embalagem de 500 gramas	10	250	250
48	Macarrão tipo argola. Entrega: pacote com 500g, acondicionado em fardo com 5kg, rotulagem completa, massa de sêmola, sem ovos.	embalagem de 500 gramas	10	800	800
49	Macarrão tipo espaguete. Entrega: pacote com 500g, acondicionado em fardo com 5kg, rotulagem completa, massa de sêmola, sem ovos.	embalagem de 500 gramas	20	2000	2000
50	Macarrão tipo parafuso, a base de farinha de arroz. Entrega: pacote com 500g, acondicionado em fardo com 6kg, rotulagem completa	embalagem de 500 gramas	20	1000	1000
51	Macarrão tipo penne, a base de farinha de arroz. Entrega: pacote com 500g, acondicionado em fardo com 5kg, rotulagem completa.	embalagem de 500 gramas	20	1000	1000

52	Margarina vegetal, balde com 15kg, 80% de lipídios, rotulagem completa.	embalagem de 15 kg	10	50	50
53	Milho p/ mucunzá (canjica) – cor amarelo/laranja, pacote com 500g, rotulagem completa.	pacote de 500 gramas	10	300	300
54	Milho p/ pipoca – Tipo 1, pacote com 500g, amarela, rotulagem completa.	embalagem de 500 gramas	10	100	100
55	Milho verde em conserva, embalagem tetra pak ou sachê laminado, tampa tipo abre fácil, ingredientes: milho verde e salmoura (água, sal e açúcar), peso líquido drenado 200g, rotulagem completa.	embalagem de 200 gramas	10	1000	1000
56	Molho inglês, tipo worcestershire, contendo: vinagre, água, molho de soja, açúcar, extrato de tomate, condimento preparado, sal, polpa de pimenta -vermelha, corante e conservante. Embalagem: garrafa plástica com 1 litro do produto; rotulagem completa.	embalagem de 01 litro	10	100	100
57	Molho shoyu, contendo açúcar cristal, sal refinado, proteína vegetal hidrolisada com aroma de soja e realçador de sabor. Embalagem garrafa plástica com 1 litro do produto; rotulagem completa.	embalagem de 01 litro	10	100	100
58	Óleo vegetal comestível, tipo 1, puro, espécie vegetal: soja, garrafa com 900ml. Entrega: Caixa contendo 20 garrafas; rotulagem completa.	embalagem de 900 mililitros	10	1500	1500
59	Proteína Texturizada de Soja – granulada (grãos pequenos), de cor escura, obtida por processamento tecnológico adequado, a partir de farinha de soja desengordurada, proteína isolada de soja e proteína		20	150	150

	concentrada de soja, isenta de sujidades, deve apresentar umidade máxima de 8% e proteína em base seca mínima de 50%; pacote com 400g do produto; rotulagem completa.	embalagem de 400 gramas			
60	Rapadura em tijolinhos de 20g a 25g cada, embalados individualmente (embalagem primária). Apresentação: devem estar acondicionados em fardos de 01kg (embalagem secundária). Produto 100% natural, produzido a partir da cana de açúcar, sem o uso de conservantes e corantes. Devem estar livres de insetos, corpos estranhos e sujidades. Produto rotulado conforme a legislação.	kg	10	120	120
61	Sal refinado iodado, aplicação alimentícia, teor máximo de sódio: 390mg. Entrega: fardo com 30 pacotes de 1 kg cada; rotulagem completa.	pacote de 01kg	10	600	600
62	Sardinha em óleo comestível, tampa abre fácil, lata contendo 125g (peso líquido) e de 80g a 85g (peso drenado) do produto; rotulagem completa.	embalagem de 125 gramas	10	600	600
63	Suco concentrado de maracujá, integral, à base de: água, suco de maracujá concentrado, pasteurizado e homogeneizado. Embalagem: garrafa com 01 litro do produto; rotulagem completa.	garrafa de 01 litro	10	1000	1000
64	Suco concentrado de uva, integral, à base de: água, suco de uva concentrado, pasteurizado e homogeneizado. Embalagem: garrafa com 01 litro do produto; rotulagem completa.	garrafa de 01 litro	10	1000	1000
65	Suplemento nutricional à base de leite em pó desnatado, maltodextrina, frutooligossacarídeos (FOS), inulina, gordura láctea, minerais e vitaminas, emulsificante lecitina		10	50	50

	de soja, contendo, no mínimo, 330mg e, no máximo, 350mg de cálcio por 30g do produto – sabor banana, lata com 400g; rotulagem completa.	lata de 400 gramas			
66	Suplemento nutricional à base de leite desnatado, leite integral, fibras solúveis - frutooligossacarídeos (FOS), inulina, maltodextrina, minerais e vitaminas, sem adição de açúcar, contendo, no mínimo, 607 mg de cálcio por 35 g do produto – sabor baunilha, lata com 400g; rotulagem completa.	lata de 400 gramas	10	50	50
67	Tempero pronto tipo caseiro, contendo vinagre de álcool, alho, cebola, sal refinado, semente de coentro, cravo e cominho, colorífico, pimenta-do-reino, proteína vegetal hidrolisada com aroma de carne, manjerição. Entrega: cx contendo 12 garrafas plásticas com 500ml do produto, cada; rotulagem completa.	garrafa de 500ml	10	300	300
68	Vinagre de álcool, acidez volátil: 4.0%, líquido transparente, contendo: fermentado acético de álcool, água e conservante. Entrega: cx contendo 12 garrafas plásticas com 500 ml do produto, cada; rotulagem completa.	frasco de 500ml	10	300	300
76	Cacau em pó 100%, caixa 200g, validade 6 meses insumos.	embalagem de 200 gramas	10	50	50
77	Ervilha em conserva, pacote 2kg, validade 6 meses insumos.	embalagem 02kg	10	50	50
95	Água Mineral Natural; Tipo: Sem Gás; Material Embalagem: Plástico Tipo Embalagem: Descartável.	Garrafa de 500 ml	10	500	500

1.1.1 Será admitida a participação dos campi que compõem a Central da Compras do órgão gerenciador - Central de Compras Sertão Central (IFCE - Campus Crato, Campus Iguatu e Campus Acopiara), bem como será aceita a participação dos campi que compõem a Central de Compras Cariri (IFCE - Campus Juazeiro do Norte e Campus Cedro), na qualidade de órgãos participantes.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados do(a) **aceitação da nota de empenho ou do instrumento equivalente**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 10744098000145-0-000004/2026
- II) Data de publicação no PNCP: 15/04/2025;
- III) Id do item no PCA: 51;
- IV) Classe/Grupo: 8925 - AÇÚCAR, CONFEITOS, CASTANHAS, NOZES E SIMILARES;
- V) Identificador da Futura Contratação:158321-54/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]

3.2. O item "água mineral natural", sem gás, objeto da contratação, item 95, deve atender às características microbiológicas e não conter concentrações acima dos limites máximos permitidos das substâncias químicas prejudiciais à saúde, estabelecida em Regulamento Técnico próprio, especialmente, a Instrução Normativa nº 60, de 2019, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

3.3. A embalagem descartável, deve ser isenta de danos físicos como amassamentos, fissuras ou qualquer outra avaria que possa comprometer a qualidade da água mineral natural e, ainda, deve atender às especificações da Anvisa e às normas ABNT NBR nº 15.395/2006, que estabelece os requisitos mínimos de qualidade e os métodos de ensaio exigíveis para garrafas sopradas de PET, personalizadas ou genéricas, não retornáveis, destinadas ao acondicionamento de refrigerantes e águas, e em legislação específica.

3.4. O rótulo da embalagem deve ser aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), conforme dispõe a Portaria MME nº 470, de 1999.

3.5. As especificações referentes ao envase, fechamento, armazenamento, transporte e certificação devem seguir as exigências contidas na Resolução RDC nº 173, de 2006, da Anvisa, e em legislação específica.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.Responsabilizar-se pelo recolhimento e descarte de bens adquiridos cujos componentes necessitem de destinação especial devido a sua natureza, nos termos da Lei nº 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto nº 10.936 /2022.

4.1.2. A contratada deverá atender a critérios de sustentabilidade ambiental dispostos no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Casa Civil da Presidência da República, no que couber.;

4.1.3. Internamente, cabe ao campus o desenvolvimento de campanhas educativas para o público atendido no refeitório, alunos, funcionários e visitantes, objetivando a redução do desperdício e a sustentabilidade ambiental na produção de refeições, na confecção das preparações alimentícias em aulas práticas e na produção de cafezinho; e

4.1.4. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado pela contratada na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e Resolução CONAMA nº 436, de 22/12 /2011, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

Da exigência de amostra

4.2. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.3. Pela necessidade de verificar, antes da adjudicação, se os gêneros alimentícios ofertados atendem efetivamente às especificações deste Termo de Referência, considerando aspectos como qualidade, embalagem, rotulagem, validade, aparência, composição e condições de conservação serão exigidas amostras dos seguintes itens:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Quantidade da amostra
2	Achocolatado em pó, ingredientes: açúcar, cacau em pó, extrato de malte, leite em pó desnatado, soro de leite em pó, minerais, vitaminas, lecitina de soja; embalagem: lata ou sachê laminado, 800g, rotulagem completa	01 pacote (200g, desde que apresente a rotulagem completa)
3	Adoçante dietético líquido, à base de sucralose (100%), embalagem plástica contendo, no mínimo, 65 ml do produto, com rotulagem completa	01 unidade
8	Arroz parboilizado integral, classe longo fino, tipo 1, fardo com 30 pct de 1kg, rotulagem completa	01 kg
9	Arroz parboilizado polido, classe longo fino, tipo 1, fardo com 30 pct de 1 kg, rotulagem completa	01 kg
10	Azeite de dendê – composição: 100% óleo de palma, integral, próprio para consumo humano. Unidade de fornecimento: garrafa com 500ml do produto, com tampa que permita novo fechamento após aberta. Rotulagem completa e características de apresentação, produção e acondicionamento conforme legislação em vigor; filtrado e sem impurezas.	01 unidade

11	Azeite de oliva puro extra virgem, acidez menor que 1, embalagem com 500 ml com tampa dosadora integrada; rotulagem completa	01 unidade
14	Biscoito recheado tipo waffer, sabor chocolate, ingredientes: Açúcar, gordura vegetal, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, leite em pó integral, chocolate branco, carbonato de cálcio, amido, sal, carbonato de magnésio, aromatizante, emulsificante lecitina de soja e fermento químico bicarbonato de sódio, embalagem individual com 30g, rotulagem completa	01 pacote
15	Biscoito recheado tipo waffer, sabor morango, ingredientes: Açúcar, Gordura vegetal hidrogenada, Farinha de trigo enriquecido com ferro e ácido fólico, Cacau em pó, Amido, Xarope de glicose, sal, Emulsificante lecitina de soja, aromatizante, Fermento químico bicarbonato de sódio, embalagem individual com 30g, rotulagem completa	01 pacote
16	Bolacha Cream Cracker, embalagem secundária pesando entre 350 g e 400 g, contendo 3 pacotes (fileiras) de bolacha; rotulagem completa, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, extrato de malte, soro de leite em pó, açúcar, amido, sal, fermento químico bicarbonato de sódio, emulsificante lecitina de soja e aromatizante; rotulagem completa	01 pacote
17	Bolacha Maisena, embalagem secundária pesando entre 350 g e 400 g, contendo 3 pacotes (fileiras) de bolacha; rotulagem completa, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, amido, açúcar, açúcar invertido, gordura vegetal, sal, fermentos químicos, aromatizante, emulsificante e melhorador de farinha; rotulagem completa	01 pacote
18	Bolacha Maisena, SEM LACTOSE, pacotes entre 100g e 150g, rotulagem completa, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, amido, açúcar, açúcar invertido, gordura vegetal, sal, fermentos químicos, aromatizante, emulsificante e melhorador de farinha; rotulagem completa	01 pacote
19	Café em pó, torrado e moído, embalagem à vácuo, feito majoritariamente de grãos arábica, tipo Superior de primeira qualidade, pacote com 250g, entrega: caixa contendo (5 kg), rotulagem completa. O produto deve possuir o Certificado de Pureza e Qualidade da ABIC na categoria de qualidade “tipo superior” ou acima; ou, deve apresentar laudo de análise sensorial emitido por laboratório credenciado à Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (Reblas), comprovando que o café fornecido tem o nível mínimo de qualidade correspondente a 6,5 pontos da Qualidade Global da bebida, da escala de 0 a 10 pontos; rotulagem completa	01 pacote
23	Creme de leite. Ingredientes: creme de leite, leite em pó desnatado, estabilizante – embalagem com 200 g, original animal, embalado em caixa tetra pak, limpa, não amassada e não estufada, rotulagem completa	01 unidade
24	Creme de leite. Ingredientes: creme de leite, leite em pó desnatado, estabilizante – embalagem com 1.000 g, original animal, embalado em caixa tetra pak, limpa, não amassada e não estufada, rotulagem completa	01 unidade

25	Doce tipo cocada, cor branca, à base de coco, açúcar e leite, acondicionado em embalagem individual, embalado em papel celofane, transparente, atóxico, com peso aproximado de 20g; embalagem secundária: pote em plástico transparente, com 50 unidades, peso líquido 1.000g; rotulagem completa	01 pote
30	Farinha Láctea (alimento à base de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, leite em pó integral, vitaminas e minerais, sal e aromatizante), rotulagem completa, sachê laminado contendo entre 200g e 250g	01 pacote
31	Farinha de mandioca tipo fina, peneirada (grupo seca, sub-grupo fina, classe branca, tipo I), Entrega: fd = 30kg, rotulagem completa	01kg
35	Feijão BRANCO, tipo 1, classe branco, grupo I, grão de cor branca uniforme, tamanho aproximado de 1,5 cm quando cru; rotulagem completa	01kg
36	Feijão carioquinha, tipo 1, grupo I, classe cores, Entrega: fd com 30 pct de 1 kg cada, rotulagem completa	01kg
37	Feijão de corda, tipo 1, grupo II, classe cores, Entrega: fd com 30 pct de 1 kg cada, rotulagem completa	01kg
38	Feijão preto, tipo 1, grupo I, classe preto, Entrega: fd com 30 pct de 1 kg cada, rotulagem completa	01kg
41	Leite condensado - embalagem de 395g, ingredientes: leite integral, açúcar e lactose; rotulagem completa	01 unidade
44	Leite de soja em pó, sem açúcar, sem lactose, sem glúten, rico em cálcio, ferro, vitaminas A e D, entre outros nutrientes, à base de proteína isolada de soja, sabor natural, rotulagem completa, lata com 300g	01 lata
45	Leite em pó integral instantâneo, enriquecido com ferro e vitaminas. Composição: Leite integral, vitaminas (C, A e D), pirofostato férrico e emulsificante lecitina de soja, apresentando, em 26g do produto, no mínimo 17mg de vitamina C, 1,8 µg de vitamina D, 225 µg de vitamina A, 05 mg de ferro e 245 mg de cálcio. Deve conter, no máximo, 04 g de gordura saturada a cada 26g do produto. Apresentação: embalagem laminada com 200g; rotulagem completa	01 pacote
51	Margarina vegetal, balde com 15kg, 80% de lipídios, rotulagem completa	Menor unidade em que o rótulo esteja completo, apresentando a percentagem de lipídios solicitada
60	Proteína Texturizada de Soja – granulada (grãos pequenos), de cor escura, obtida por processamento tecnológico adequado, a partir de farinha de soja desengordurada, proteína isolada de soja e proteína concentrada de soja,	01 pacote

	isenta de sujidades, deve apresentar umidade máxima de 8% e proteína em base seca mínima de 50%; pacote com 400g do produto; rotulagem completa	
61	Rapadura em tijolinhos de 20g a 25g cada, embalados individualmente (embalagem primária). Apresentação: devem estar acondicionados em fardos de 01kg (embalagem secundária). Produto 100% natural, produzido a partir da cana de açúcar, sem o uso de conservantes e corantes. Devem estar livres de insetos, corpos estranhos e sujidades. Produto rotulado conforme a legislação.	01 pacote (pacote com as rapaduras em tijolinhos)
64	Suco concentrado de maracujá, integral, à base de: água, suco de maracujá concentrado, pasteurizado e homogeneizado. Embalagem: garrafa com 01 litro do produto; rotulagem completa	01 garrafa
65	Suco concentrado de uva, integral, à base de: água, suco de uva concentrado, pasteurizado e homogeneizado. Embalagem: garrafa com 01 litro do produto; rotulagem completa	01 garrafa
66	Suplemento nutricional à base de leite em pó desnatado, maltodextrina, frutooligossacarídeos (FOS), inulina, gordura láctea, minerais e vitaminas, emulsificante lecitina de soja, contendo, no mínimo, 330mg e, no máximo, 350mg de cálcio por 30g do produto – sabor banana, lata com 400g; rotulagem completa	01 lata
67	Suplemento nutricional à base de leite desnatado, leite integral, fibras solúveis - frutooligossacarídeos (FOS), inulina, maltodextrina, minerais e vitaminas, sem adição de açúcar, contendo, no mínimo, 607 mg de cálcio por 35 g do produto – sabor baunilha, lata com 400g; rotulagem completa	01 lata

4.3.1 A quantidade a ser entregue para análise deverá ser a unidade mínima em que se permita verificar a rotulagem completa de cada produto, conforme estimado na tabela acima.

4.4. As amostras poderão ser entregues no endereço **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - CAMPUS CRATO, Rodovia CE-292, km-15, s/n, Bairro Gisélia Pinheiro, Crato(CE), CEP: 63.115-500, A/C da Coordenadoria de Compras e Licitações**, no prazo limite de **05 dias úteis**, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.5. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.6. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.7. A equipe de planejamento desta contratação fará uso do Teste "Dentro-Fora do Padrão" recomendado para processos licitatórios pelo FNDE para aferição da qualidade de cada amostra apresentada, com o objetivo de avaliar se as amostras atendem aos atributos de qualidade previstos nas especificações expressas para cada produto.

4.7.1 A descrição do teste encontra-se detalhada no Manual para aplicação dos Testes de Aceitabilidade no PNAE disponível em <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoeseprogramas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/manual-para-aplicacao-dos-testesdeaceitabilidade-no-pnae>. **A comissão fará as adaptações necessárias para aplicação do teste, conforme a realidade.** Neste contexto, a comissão tem autonomia para convidar ou não pessoas externas à comissão, desde que fique em número ímpar de pessoas, que estas sejam orientadas quanto à metodologia de avaliação, que sejam maiores de 21 anos e façam parte da comunidade escolar e que a participação fique registrada em ata. Cada avaliador receberá uma descrição da especificação do produto a ser avaliado e

registrará sua opinião em Ficha de Teste "Dentro e Fora" (modelo de ficha no Anexo III). Ao final do processo, a comissão preencherá o Relatório de Análise Sensorial no Processo Licitatório, o qual refletirá o consenso ou avaliação da maioria das pessoas do grupo avaliador.

4.8. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.9. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.10. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.11. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de **05 (cinco)** dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento. Algumas amostras, por sofrerem processo de manipulação e preparo para que sejam submetidas à análise sensorial não serão devolvidas.

4.12. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.[A3]

Subcontratação

4.13. **Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.**

Garantia da contratação

4.14. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.15. Na presente licitação, todos os itens, com exceção dos itens 01,09,19,58 e 60 serão destinados à participação exclusiva de ME, EPP e Cooperativas.

4.15.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal[A12] .

4.15.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.15.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

Margem de Preferência:

4.16. Por se tratar da aquisição de itens que não se enquadram nem como bens manufaturados nacionais, nem como bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, não haverá aplicação de margem de preferência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 dias corridos, contados do(a) pedido via e-mail, em remessa única, conforme detalhada no pedido.

5.2. O fornecedor deverá cumprir as exigências abaixo relacionadas:

Quanto à entrega:

Em cumprimento a RDC nº 216 da ANVISA (09/2004), as empresas vencedoras deverão entregar, rigorosamente, os gêneros alimentícios em transportes, conforme exigências abaixo:

- a) Para transporte de todos os gêneros alimentícios o carro deve ser fechado;
- b) O transporte de gêneros alimentícios não pode ser efetuado em um mesmo carro, ao mesmo tempo, em que se transporta produtos de limpeza e/ou fitossanitários, defensivos agrícolas e/ou ração animal;
- c) Os transportes deverão apresentar-se em bom estado de conservação e em condições higiênicas satisfatórias;
- d) a simples entrega do produto objeto deste instrumento não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá após a vistoria e comprovação da conformidade por servidor técnico do IFCE - CAMPUS CRATO;
- e) a empresa fornecedora ficará obrigada a trocar, imediatamente, o produto que vier a ser recusado, sem ônus para o Contratante;
- f) na entrega do produto a Contratada deverá atender as exigências estabelecidas, nos pedidos e nas descrições de cada item;

Quanto aos itens:

- a) Os produtos definidos neste Termo deverão ser novos e sem utilização anterior, originais e de boa qualidade, livres de defeitos, imperfeições e outros vícios que impeçam ou reduzam o seu uso, observando rigorosamente as características especificadas, devendo ser apresentados nas embalagens originais dos fabricantes, adequadas para proteger seu conteúdo contra danos durante o transporte até o local de entrega;
- b) Todos os produtos devem vir embalados/condicionados conforme especificações e apresentar rotulagem completa de acordo com a legislação pertinente, inclusive as amostras;
- c) O prazo de validade deverá ser superior a 4 meses, sendo que, no momento da entrega, a data de fabricação não poderá ser superior a 30 dias;
- d) As entregas devem ser realizadas pelo fornecedor em remessa única por pedido de acordo com a quantidade requisitada pelo Setor de Alimentação e Nutrição, Coordenadoria do Curso Técnico em Agroindústria ou Coordenadoria Geral de Administração, devendo a mesma ocorrer dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da solicitação de entrega;
- e) O recebimento dos produtos no Almoxarifado dar-se-á de forma provisória, sendo os mesmos recebidos de forma definitiva a partir da certificação da Nota Fiscal, pelo Gestor de contrato.
- f) Uma vez rejeitado o recebimento de alguns produtos, esse fato será comunicado à empresa contratada, para que proceda a respectiva e imediata substituição, dentro do prazo de 07 (sete) dias corridos.

Demais exigências a serem observadas pela(s) contratada(s):

- a) Boas condições de higiene dos veículos que transportam os alimentos;
- b) Boa higiene pessoal e adequação do uniforme e uso de EPIs dos entregadores;
- c) A integridade e a higiene das embalagens;
- d) As características específicas de cada produto, conforme edital, bem como controle de temperatura no recebimento dos gêneros alimentícios, de acordo com os critérios técnicos estabelecidos pela Portaria CVS 5/2013, de 9/4/2013;
- e) A correta identificação do produto no rótulo: nome, composição do produto, lote, número do registro no Órgão Oficial, CNPJ, endereço e outros dados do fabricante e do distribuidor, temperatura recomendada pelo fabricante e condições de armazenamento;
- f) Quantidade (peso), datas de validade e de fabricação de todos os alimentos e respectivos registros nos órgãos competentes de fiscalização;

- g) Deverão estar isentos de umidade, de objetos estranhos e de vestígios de insetos;
- h) As latas não devem ser enferrujadas, estufadas ou amassadas e os vidros não devem apresentar vazamentos nas tampas, formação de espumas ou qualquer outro sinal de alterações do produto;
- i) Os produtos que possuem estabilidade à temperatura ambiente, deverão apresentar-se com embalagens íntegras, próprias para cada tipo, dentro do prazo de validade e com identificações corretas no rótulo;
- j) Temperatura recomendada para o recebimento de não perecíveis: temperatura ambiente;

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 dias úteis de antecedência, por e-mail enviado ao fiscal do contrato/solicitante, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.[A1]

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:[A1]

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **01% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia:[A2]

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10% (dez por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **05% (cinco por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **05% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **03% (três por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

- 7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 7 (sete) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.[A2]
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do

- art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.[A3]
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

- 8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.12.1. o prazo de validade;
 - 8.12.2. a data da emissão;
 - 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 8.12.5. o valor a pagar; e
 - 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
- 8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
 - 8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.[A4]

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.27. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de Crédito

8.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.28.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.28.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]

8.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A14]

Reajuste

8.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 04/03/2026.

8.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16] , os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será único por nota de empenho.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital **OU** tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

9.4.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

d) TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>);

9.4.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição prevista no item 9.5.1, alíneas b, c e d pela consulta à Certidão Consolidada do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

Inclusão requisitos para apresentação de certidões para habilitação do licitante vencedor

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A4] [A5]

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A9]

Qualificação Econômico-Financeira[A10]

- 9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *do último exercício social*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas [A11] :

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

- 9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
- 9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;
- 9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.31. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.32. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.32.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.32.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.33. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 2.376.498,24 (dois milhões, trezentos e setenta e seis mil, quatrocentos e noventa e oito reais e vinte e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na [tabela contida no item 1.1 acima]

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.4. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Crato, 02 de junho de 2026.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato [Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização], sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

- 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 05 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A4]
- 3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 10 dias. [A5]
- 3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados; [A10]
- 4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

- 4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:
- 5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.
- 5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 5.5.3. Indenizações e multas.
- 5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

- 6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

- 7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]
- 7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal do Ceará, Seção Judiciária de Juazeiro do Norte para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20....

(Nome e Cargo do Representante Legal)

ANEXO III - MODELO DE FORMULÁRIO PARA O TESTE "DENTRO-FORA" DO PADRÃO

Processo n°:

Interessado: Setor de Alimentação e Nutrição - campus Crato

Chamada Pública nº _____

Nome do provador: _____ Data: _____

Produto: _____

CPF ou CNPJ do fornecedor: _____

Teste "Dentro-Fora" do Padrão

Por favor, avalie a amostra do produto que você está recebendo e indique no espaço correspondente se a amostra está dentro ou fora dos atributos, de acordo com as orientações recebidas quanto à especificação do produto.

() Dentro () Fora

Observações:

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ELIZANGELA DA SILVA COSTA

Membra da equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 02/06/2026 às 08:14:52.

HALSIA STEFANE OLIVEIRA SANTOS

Membra da equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 02/06/2026 às 08:13:22.

LORENA KELLY ALVES PEREIRA

Membra da equipe de planejamento

INST.FED.DO CEARA/CAMPUS CRATO

Estudo Técnico Preliminar 11/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 23265.002477/2025-81

2. Descrição da necessidade

A solicitação dos gêneros alimentícios objetiva:

Setor de Alimentação e Nutrição – SAN:

1) Atender à produção das refeições servidas à comunidade escolar do IFCE campus Crato. A aquisição dos alimentos contribuirá para o fornecimento de uma alimentação adequada e saudável, favorecendo a aprendizagem e a permanência dos discentes nas atividades escolares. O fornecimento das refeições é parte essencial da Política Estudantil.

2) A alimentação é um direito social estabelecido no Artigo 6º da Constituição Federal Brasileira e o poder público deve adotar as políticas e as ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população, conforme disposto na Lei nº 11.346 /2006.

3) No âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, a alimentação é reconhecida como direito e condição para permanência e êxito do estudante por meio da Política de Assistência Estudantil aprovada pelo Conselho Superior do IFCE pela Resolução nº 024, de 22 de junho de 2015. A aquisição de alimentos está em consonância com o Programa de Alimentação e Nutrição do IFCE (Resolução CONSUP/IFCE nº 56 de 28 de maio de 2018).

Coordenadoria do Curso Técnico em Agroindústria - CCTAGROIN:

4) Realização de aulas práticas para as turmas do Curso Técnico em Agropecuária (integrado e subsequente), turmas do Curso Técnico em Agroindústria e turmas do Curso de Bacharelado em Zootecnia. Além do uso como insumos para aulas práticas, alguns dos itens a serem adquiridos deverão ser utilizados em ações acadêmicas didático-pedagógicas.

Coordenadoria Geral de Administração – CGA:

5) A solicitação dos gêneros alimentícios objetiva atender a demanda da copa /cantina nos setores: Administrativo e Pedagógico do IFCE campus Crato. Os gêneros alimentícios serão utilizados como matéria-prima na confecção de café e chás (ervas colhidas na própria instituição), ofertados aos servidores administrativos, discentes, comunidade escolar e visitantes do Instituto.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Alimentação e Nutrição - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, campus Crato	Halsia Stefane Oliveira Santos
Coordenadoria do Curso Técnico em Agroindústria	Jarderlany Sousa Nunes
Coordenadoria Geral de Administração	Arthur da Costa Azevedo

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Quanto à entrega: Em cumprimento a RDC nº 216 da ANVISA (09/2004), as empresas vencedoras deverão entregar, rigorosamente, os gêneros alimentícios em transportes, conforme exigências abaixo:

a) Para transporte de todos os gêneros alimentícios o carro deve ser fechado;

b) O transporte de gêneros alimentícios não pode ser efetuado em um mesmo carro, ao mesmo tempo, em que se transporta o material de limpeza;

c) Os transportes deverão apresentar-se em bom estado de conservação e em condições higiênicas satisfatórias.

Quanto aos itens: Os produtos definidos neste Termo deverão ser novos e sem utilização anterior, originais e de boa qualidade, livres de defeitos, imperfeições e outros vícios que impeçam ou reduzam o seu uso, observando rigorosamente as características especificadas, devendo ser apresentados nas embalagens originais dos fabricantes, adequadas para proteger seu conteúdo contra danos durante o transporte até o local de entrega;

Todos os produtos devem vir embalados/acondicionados conforme especificações e apresentar rotulagem completa de acordo com a legislação pertinente, inclusive as amostras;

O prazo de validade deverá ser superior a 4 meses, sendo que, no momento da entrega, a data de fabricação não poderá ser superior a 30 dias. As entregas devem ser realizadas pelo fornecedor em remessa única por pedido de acordo com a quantidade requisitada pelo Setor de Alimentação e Nutrição, Coordenadoria do Curso Técnico em Agroindústria ou Coordenadoria Geral de Administração, devendo a mesma ocorrer dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da solicitação de entrega.

O recebimento dos produtos no Almoxarifado dar-se-á de forma provisória, sendo os mesmos recebidos de forma definitiva a partir da certificação da Nota Fiscal, pelo Gestor de contrato.

Uma vez rejeitado o recebimento de alguns produtos, esse fato será comunicado à empresa contratada, para que proceda a respectiva e imediata substituição, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis.

Os produtos deverão ser entregues na Coordenadoria do Almoxarifado do IFCE Campus Crato – situado da Rodovia 292, km 15, s/n, Bairro Gisélia Pinheiro, Crato, Ceará – Brasil, CEP: 63115-500, telefone (88) 2101.8222, no horário de 9:30h às 11: 30h, de segunda à sexta-feira.

Demais exigências a serem observadas pela(s) contratada(s):

- Boas condições de higiene dos veículos que transportam os alimentos;

- Boa higiene pessoal e adequação do uniforme e uso de EPIs dos entregadores;

- A integridade e a higiene das embalagens; - As características específicas de cada produto, conforme edital, bem como controle de temperatura no recebimento dos gêneros alimentícios, de acordo com os critérios técnicos estabelecidos pela Portaria CVS 5/2013, de 9/4/2013;

- A correta identificação do produto no rótulo: nome, composição do produto, lote, número do registro no Órgão Oficial, CNPJ, endereço e outros dados do fabricante e do distribuidor, temperatura recomendada pelo fabricante e condições de armazenamento;

- Quantidade (peso), datas de validade e de fabricação de todos os alimentos e respectivos registros nos órgãos competentes de fiscalização; - Deverão estar isentos de umidade, de objetos estranhos e de vestígios de insetos;

- As latas não devem ser enferrujadas, estufadas ou amassadas e os vidros não devem apresentar vazamentos nas tampas, formação de espumas ou qualquer outro sinal de alterações do produto;

- Os produtos que possuem estabilidade à temperatura ambiente, deverão apresentar-se com embalagens íntegras, próprias para cada tipo, dentro do prazo de validade e com identificações corretas no rótulo;

- Temperatura recomendada para o recebimento de não perecíveis: temperatura ambiente;

- Todos os produtos devem vir embalados/acondicionados conforme especificações e apresentar rotulagem completa de acordo com a legislação pertinente, inclusive amostras.

5. Levantamento de Mercado

Para o atendimento da demanda de aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis observa-se que existem no mercado inúmeras empresas que comercializam esses produtos, bem como supermercados e distribuidoras que comercializam os itens descritos anteriormente.

O mercado é bastante amplo por serem mercadorias comuns, não havendo problemas de restrição de fornecedores, o que proporcionará uma ampla concorrência e a preservação da isonomia e da geração de economia na aquisição.

Destaca-se que a aquisição de gêneros alimentícios através da contratação de empresas para fornecimento dos itens, é uma solução utilizada pela Administração Pública, tendo sido a solução escolhida por outros órgãos e entidades para o atendimento da necessidade descrita neste documento.

O fornecimento de gêneros alimentícios apresenta-se sempre como uma solução usual, não empregando a utilização de novas tecnologias ou formas alternativas de fornecimento. Foram realizadas pesquisas de preços nos termos da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020, buscando a média de preços a partir de itens similares contidos em atas vigentes disponibilizadas no Portal de preços (Inciso I), e em mídias especializadas, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo (Inciso III), e com fornecedores (Inciso IV).

6. Descrição da solução como um todo

Contratação de empresa(s) para o fornecimento de gêneros alimentícios, através de pregão eletrônico para registro de preços, visando atender ao fornecimento de refeições para a comunidade escolar do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus Crato, realização de aulas práticas para as turmas do Curso Técnico em Agropecuária (integrado e subsequente), turmas do Curso Técnico em Agroindústria e turmas do Curso de Bacharelado em Zootecnia, bem como confecção de cafés e chás para os setores administrativos e pedagógico;

O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias corridos, contados do pedido via e-mail, em remessa única por pedido, conforme quantidades requisitadas; Os produtos serão entregues, no seguinte endereço: Coordenadoria do Almoxarifado do IFCE Campus Crato – situado da Rodovia 292, km 15, s/n, Bairro Gisélia Pinheiro, Crato, Ceará – Brasil, CEP: 63115- 500, telefone (88) 2101.8222, no horário de 9:30h às 11:30h, de segunda à sexta-feira, devendo o fornecedor cumprir as exigências abaixo relacionadas:

a) a simples entrega do produto objeto deste instrumento não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá após a vistoria e comprovação da conformidade por servidor técnico do IFCE - CAMPUS CRATO;

b) a empresa fornecedora ficará obrigada a trocar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, o produto que vier a ser recusado, sem ônus para o Contratante;

c) na entrega do produto a Contratada deverá atender as exigências estabelecidas, nos pedidos e nas descrições de cada item;

d) Nenhum produto poderá ser entregue pela Contratada sem a devida solicitação por escrito do Setor de Alimentação e Nutrição, Coordenadoria do Curso Técnico em Agroindústria ou Coordenadoria Geral de Administração do IFCE - CAMPUS CRATO.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Em relação ao Serviço de Alimentação e Nutrição, as quantidades foram estimadas com base na média de consumo do refeitório central em 2024 e previsão de consumo para o ano letivo 2026, num total de 45 semanas, a partir do número de dias letivos e quantitativo médio do número de refeições servidas em dias letivos, considerando a previsão de aumento no número de alunos em cerca de 25% (novos semestres do curso de graduação em Letras, curso técnico integrado em Agroindústria e curso técnico integrado em Lazer).

Em relação à Coordenadoria do Curso Técnico em Agroindústria, devido à implantação do curso técnico em agroindústria integrado ao ensino médio, faz-se necessário esses quantitativos para aulas práticas nas disciplinas: introdução à agroindústria, tecnologia de carnes e pescado, tecnologia de óleos e derivados, tecnologia de leite e derivados e tecnologia de cereais. Em relação à Coordenadoria Geral de Administração, a estimativa do quantitativo dos itens de gêneros alimentícios descrita, foi elaborada com base na realidade de consumo no ano de 2025, na copa/cantina, nos setores Administrativo e Pedagógico. As memórias de cálculos das quantidades encontram-se anexadas no processo SEI nº 23265.002477/2025-81.

As quantidades e itens a serem adquiridos encontram-se no ANEXO I, referente ao mapa de preços (protocolo sei 8497952) emitido pela Coordenadoria de Compras e Licitações do campus Crato - CCOMPL-CTO, resultante das demandas apresentadas pelas áreas requisitantes constantes do item 3 deste ETP.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 926.656,31

A aquisição deve ser realizada prevendo um custo total estimado em R\$ 926.656,31 (novecentos e vinte e seis mil, seiscentos e cinquenta e seus reais e trinta e um centavos), conforme pesquisas de preços nos termos da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020, buscando a média de preços a partir de itens similares contidos em atas vigentes disponibilizadas no Portal de preços (Inciso I), em mídias especializadas, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo (Inciso III), e com fornecedores (inciso IV), conforme relatórios de preços juntado ao processo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A presente aquisição será realizada por item como forma de tornar o certame mais atrativo e competitivo, atendendo a Sumula 247 TCU.

Considerando que os produtos serão adquiridos conforme as demandas, torna-se imprescindível a realização de pregão eletrônico para registro de preços.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

O objeto deste estudo não demanda contratação correlata e/ou interdependente, pois a solução contempla totalmente a necessidade identificada.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

No que diz respeito ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFCE, a alimentação é pautada nos Objetivos Estratégicos: Aprimorar os serviços de alimentação e nutrição do IFCE, da área Assuntos Estudantis, por meio da meta de melhoria da qualidade nutricional dos cardápios escolares e melhoria da aplicabilidade dos recursos da Assistência Estudantil com orçamento destinado para benefícios de vulnerabilidade, como alimentação.

Também estão contemplados os gêneros necessários ao funcionamento da instituição (açúcar e café), bem como, para a realização de aulas práticas e outras atividades didático-pedagógicas. Os itens solicitados foram planejados no PGC 2026 conforme relatórios anexados ao processo.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Por meio dessa aquisição se busca adquirir itens necessários ao suprimento do refeitório, visando ao fornecimento de refeições adequadas aos discentes, bem como, preparo de café para atender às solicitações de servidores e visitantes e realização de aulas práticas e outras atividades pedagógicas.

13. Providências a serem Adotadas

Não foi observada a necessidade da adoção de providências adicionais a esta contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Para essa solução, os impactos ambientais gerados são a produção de lixo reciclável obtido pelo descarte das embalagens dos alimentos.

Internamente, cabe ao campus o desenvolvimento de campanhas educativas para o público atendido no refeitório, alunos, funcionários e visitantes, objetivando a redução do desperdício e a sustentabilidade ambiental na produção de refeições, na confecção das preparações alimentícias em aulas práticas e na produção de cafezinho.

Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado pela contratada na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e Resolução CONAMA nº 436, de 22/12/2011, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, pois há recursos institucionais para a realização do certame.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LORENA KELLY ALVES PEREIRA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 16/03/2026 às 16:01:43.

Despacho: PORTARIA Nº 11268/DG-IGU/IGUATU, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025

HALSIA STEFANE OLIVEIRA SANTOS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 13/03/2026 às 15:43:25.

Despacho: PORTARIA Nº 11268/DG-IGU/IGUATU, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025

ELIZANGELA DA SILVA COSTA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 13/03/2026 às 16:16:57.

INST.FED.DO CEARA/CAMPUS CRATO

Ata de Registro de Preços 2/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2026	158321-INST.FED.DO CEARA/CAMPUS CRATO	AMANDA DE AQUINO TAVARES	22/05/2026 11:26 (v 0.4)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23265.002477/2025-81

1. DO OBJETO

Processo Administrativo nº 23265.002480/2025-02

Ata de Registro de Preços nº XX/2026

O(A) *INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - CAMPUS IGUATU*, com sede no(a) *Rodovia Iguatu - Várzea Alegre, km-05, Vila Cajazeiras, na cidade de Iguatu- CE, CEP 63503-790*, na cidade de *Iguatu-CE*, inscrito(a) no CNPJ sob o nº *10.744.098/0008-11*, neste ato representado(a) pelo(a) *Diretor Geral, Sr, FRANCISCO HEBER DA SILVA*, nomeado(a) pela Portaria nº *1180/GABR*, de *25* de *fevereiro* de *2025*, publicada no *DOU* de *26* de *fevereiro* de *2025*, portador da Matrícula Funcional nº *255*****, considerando o julgamento da *licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica OU [procedimento de contratação direta]*, para REGISTRO DE PREÇOS nº *...../202....*, publicada no *.....* de *...../...../202.....*, processo administrativo nº *23265.002477/2025-81*, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *[Edital de licitação] OU [Aviso da Contratação Direta]*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de *Fornecimento de gêneros alimentícios para estoque em temperatura ambiente (almojarifado) para atender as demandas do Central de Compras Sertão Central e de demais órgãos participantes.*, especificado(s) no(s) item(ns) *1.1* do Termo de Referência, anexo *I* do *edital de licitação OU [aviso da contratação direta]* nº *xxxx/xxxx*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado[A1] , as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item[A2] , fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>
---------	--

TR								
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.[A3]

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) *INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - CAMPUS IGUATU.*

3.2. ~~Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.~~

OU

3.3. *Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:*

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. ~~Não será admitida a adesão à ata de registro de preços [A1] decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.~~

OU

4.2. ~~Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:~~

~~4.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;~~

~~4.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e~~

~~4.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.~~

~~4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.~~

~~4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.~~

~~4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.~~

~~4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.~~

~~4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.~~

Dos limites para as adesões

~~4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.~~

~~4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.~~

~~4.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.~~

~~4.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir[A1] do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, ~~podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.~~

~~5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, [poderá] OU [não poderá] ser renovado o quantitativo originalmente registrado.[A2]~~

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade

interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. *O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.*

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no ~~[edital]~~ **OU [aviso de contratação direta]** e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no ~~[edital]~~ **OU [aviso de contratação direta]**; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do ~~[edital] OU [aviso de contratação direta]~~, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021[A1] ;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.[A1]

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade

de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023[A2] .

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no ~~[edital]~~ ~~OU [aviso de contratação direta]~~.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente[A1] após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao [edital] ~~OU [aviso de contratação direta]~~.

11.2. ~~No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.~~

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

12. ANEXO

Anexo[A1]

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FRANCISCO HEBER DA SILVA
Autoridade competente



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
Rod. Iguatu Varzea Alegre, km 05 s/n , - Bairro Vila Cajazeiras - CEP 63500-000 - Iguatu - CE - www.ifce.edu.br

ANEXO AO EDITAL

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(TIMBRE DA EMPRESA OU INFORMAÇÕES REFERENTES A EMPRESA/FORNECEDOR)

Ao

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ – IFCE,
CAMPUS IGUATU – UASG 158320

Proposta de preços referentes ao Pregão Eletrônico nº /2026.

OBJETO: Fornecimento d e gêneros alimentícios para estoque em temperatura ambiente (almoxarifado) para atender as demandas do Central de Compras Sertão Central e de demais órgãos participantes.

1. DADOS DA EMPRESA

EMPRESA: xxxx

CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx

INSCRIÇÃO ESTADUAL: xxxxx

ENDEREÇO: xxxxx

CIDADE: xxxx

TELEFONE: xxxx

EMAIL: xxxx

REPRESENTANTE LEGAL: xxxx

2. Proposta de preços para fornecimento d e gêneros alimentícios para estoque em temperatura ambiente (almoxarifado) para atender as demandas do Central de Compras Sertão Central e de demais órgãos participantes.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
VALOR TOTAL DA COMPRA						

3. VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4. CONDIÇÕES DA ENTREGA: A entrega dos produtos será integral ou parceladamente, por nota de empenho, conforme demandas apresentadas pelo contratante.

5. DADOS BANCÁRIOS DA CONTA DA EMPRESA

BANCO:

AGÊNCIA: xxx

CONTA: xxxx

TIPO DE CONTA: xxxx

Local, data.

Nome do responsável pela proposta

Cargo do responsável pela proposta



Documento assinado eletronicamente por **Yuri Almeida Lacerda, Diretor de Administração**, em 22/05/2026, às 12:06, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **8806033** e o código CRC **6234B13B**.